

RELACIONAMENTO DE VALOR

O BRB – Banco de Brasília S.A. está comprometido com as melhores práticas referentes à responsabilidade socioempresarial. O presente documento - Relacionamento de Valor - estabelece os princípios norteadores da relação do BRB com seus fornecedores e tomadores de crédito para construção de uma sociedade que compatibiliza eficiência econômica com equidade social e com preservação ambiental. Sua adesão é voluntária.

Expectativa

Alguns princípios e práticas devem estar presentes no cotidiano de todas as empresas. Os temas deste documento elevam a atuação das empresas ante seu grupo de relacionamento. Esperamos de nossos fornecedores e tomadores de crédito uma relação confiável e parceira no desenvolvimento social.

Atendimento à Legislação e às Normas

As relações do BRB - Banco de Brasília S.A. são pautadas no cumprimento da Legislação Federal e do Distrito Federal vigentes e na observância aos pactos dos quais o Banco seja signatário, assim como à Política e normas internas estabelecidas.

Alinhado às melhores práticas empresariais e no contexto da Responsabilidade Socioempresarial, o BRB convida você a aderir aos princípios relacionados com os seguintes temas:

1. RESPEITO AO MEIO AMBIENTE:

- Cumprimento da legislação ambiental vigente.
- Envolvimento com as práticas de responsabilidade ambiental.

2. PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:

- Não se envolver nem apoiar qualquer trabalho realizado por criança, menor de 16 anos de idade, exceto na condição de aprendiz.
- Assegurar que nenhum trabalhador jovem, ou seja, acima de 16 anos e abaixo de 18 anos, esteja empregado durante o horário escolar, no período noturno e exposto a riscos ou ambiente insalubre.
- Respeitar os direitos da criança, conforme Resolução 146 da OIT.

3. COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- Repudiar qualquer forma de trabalho forçado.
- Proibir trabalhos ou serviços feitos sob ameaça.

4. PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA

- Proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- Atuar de forma a prevenir acidentes de trabalho.

5. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Garantir o direito de todos os colaboradores de formarem e associarem-se a sindicatos ou associações da categoria.

6. RESPEITO À DIVERSIDADE

- Não se envolver nem apoiar a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria, com base em raça, naturalidade, nacionalidade, classe social, religião, deficiência, gênero, opção sexual, responsabilidades familiares, estado civil, associação a sindicato, opinião política, idade ou qualquer outra condição que poderia dar ensejo à discriminação.

7. REJEIÇÃO AO ABUSO DE PODER

- Impedir a punição corporal, mental, coerção física e assédio moral ou sexual em relação aos trabalhadores.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOEMPRESARIAL

- Manter as relações e a política institucional em conformidade com as normas e legislações vigentes, principalmente aquelas relativas às três dimensões da sustentabilidade – econômica/social/ambiental.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade social, como investimento permanente e necessário para o desenvolvimento da sociedade.

9. COMPROMISSO COM O APERFEIÇOAMENTO

- Comprometer-se a reparar ou aperfeiçoar os processos que estão em desacordo com os princípios relacionados neste documento

COMUNICADO

É de responsabilidade do licitante o acompanhamento das alterações do Edital. **O BRB não se responsabiliza pelo desconhecimento de informações disponibilizadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou por problemas de conexão e/ou falha na comunicação por meio da Internet.**

Informações: Telefones (61) 3412-8311, 3412-8985 e 3412-8776 ou e-mail: licita@brb.com.br.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2017

PROCESSO Nº 041.000.477/2017

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., na pessoa do Pregoeiro, designado por ato do Diretor-Presidente do BRB na Portaria nº 27, de 28/04/2017, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 04/05/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia, hora e local designados neste Edital, realizará certame licitatório, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo tipo menor preço, sob regime de empreitada por preço unitário, cujo objeto está definido abaixo, na forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 19/07/2017

HORÁRIO: 9 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925008

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação dos serviços de apoio administrativo, conservação e limpeza, com o fornecimento dos materiais de limpeza e equipamentos necessários para a execução dos serviços – **para um período de 30 (trinta) meses**, para as agências do banco localizadas nas Regiões II e IV, conforme o Edital e seus Anexos.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio **Comprasnet** (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 DA DESPESA

2.1 A despesa com a execução do serviço de que trata o objeto é estimada em R\$11.114.142,60 (onze milhões, cento e quatorze mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta centavos), **para 30 (trinta) meses**.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a sua correta utilização.

3.1.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao BRB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha,

ainda que por terceiros.

- 3.1.3 O credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 3.1.4 Caberá ao licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio do acesso.
- 3.2 Não poderão participar deste Pregão:
 - 3.2.1 autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
 - 3.2.2 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 3.2.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - 3.2.4 empresa suspensa de participar de licitação ou impedida de contratar com o BRB;
 - 3.2.5 empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 3.2.6 empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
 - 3.2.7 cooperativa de mão de obra;
 - 3.2.8 direta ou indiretamente, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.666/93, o empregado ou dirigente do BRB.
- 3.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
 - 3.3.1 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital deste Pregão;
 - 3.3.2 que até a data da realização deste pregão inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação neste Pregão e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.3.3 que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
 - 3.3.4 que, para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - 3.3.5 que, sendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, cumpre os requisitos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 34 e que a empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 ao 49 da citada Lei Complementar.

4 DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

- 4.1 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.2 No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício

somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5 DA PROPOSTA INICIAL

5.1 O licitante deverá encaminhar proposta, na forma expressa no sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas.

5.2 O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **VALOR TOTAL PARA 30 (TRINTA) MESES para o(s) item(ns) ao(s) qual(is) pretende concorrer**, conforme modelo de Planilha de Preços (**Anexo V**), já considerados e inclusos os tributos, tarifas, seguros e todas as demais despesas decorrentes da execução do objeto;

5.2.1 até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3 Os licitantes, antes de registrarem o valor, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2 Após a abertura, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.2 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

7.2.1 a classificação das propostas levará em consideração o menor preço, observados os critérios estabelecidos neste Edital.

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, pelo sistema.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de

pleitear qualquer alteração.

- 8.6 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.
- 8.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente.
- 8.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.9 Após o encerramento da fase de lances, o próprio sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte, e dos demais licitantes que tenham se declarado microempresas ou empresas de pequeno porte na ordem de classificação.
- 8.10 Em observância a Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.10.1 Para efeito do disposto no subitem 8.10, entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.10.2 Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes procedimentos, conforme disposto no Artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006:
- I - o sistema selecionará os itens que se enquadram na forma do subitem 8.10.1, disponibilizando-os automaticamente nas telas do Pregoeiro e do fornecedor, e encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, com valor obrigatoriamente inferior ao da primeira colocada, sob pena de preclusão (Artigo 45, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006);
- II - caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada não ofereça proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o sistema convocará automaticamente as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 8.11 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas "I", "II" e "III" do subitem 8.10.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (Artigo 45, §1º da Lei Complementar nº 123/2006).
- 8.12 O disposto no subitem 8.10 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (Artigo 45, §2º da Lei Complementar nº 123/2006).

9 DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital;
- 9.1.1 a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos

demais licitantes.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro fixará prazo ao licitante detentor do menor lance para o envio da proposta de preços, adequada ao último lance;
- 10.2 Sob pena de ser rejeitada, a proposta deverá:
 - 10.2.1 ser redigida em língua portuguesa (exceto termos técnicos) e apresentada datilografada ou impressa em via única pela empresa licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente;
 - 10.2.2 conter indicação do número deste Pregão e os dados da empresa licitante (razão social, endereço completo, número do CNPJ, do telefone e do fax e endereço eletrônico (e-mail));
 - 10.2.2.1 conter Planilha de Preços, apresentando os quantitativos, os valores unitários mensais, totais mensais e total para 30 (trinta) meses, conforme modelos do **Anexo V**, a partir das informações e condições estipuladas no **Anexo I**, expressos em algarismos, em moeda nacional, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas, seguros e todas as demais despesas decorrentes da execução do objeto;
 - 10.2.2.2 conter Planilha de Formação de Preços de cada profissional constante no item, conforme modelo do **Anexo III**;
 - I - para preenchimento da Planilha, o licitante deverá informar a data base e considerar, no mínimo, o salário normativo da respectiva categoria profissional;
 - II - apresentar memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma das rubricas constantes da planilha, além de indicar o percentual e o valor de cada rubrica.
 - 10.2.2.3 conter cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.
 - 10.2.3 ter validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública. Caso o licitante não informe a data de validade da proposta, será considerado que foi estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias.
- 10.3 O Pregoeiro examinará a proposta do menor lance oferecido, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 10.4 Nos preços oferecidos serão desconsiderados os algarismos além dos centavos acima de duas casas decimais.
- 10.5 Não será aceita proposta que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 10.6 Será rejeitada a proposta que apresentar valor irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não estabeleça limites mínimos.
- 10.7 Será rejeitada a proposta que não atender às exigências do presente Edital e seus Anexos, seja omissa ou apresente irregularidades insanáveis.
- 10.8 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 10.9 O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do BRB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 10.10 Havendo aceitação da proposta de menor lance quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
- 10.11 Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim,

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

- 10.12 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 Para fins de habilitação ao certame, o licitante deverá satisfazer os requisitos relativos a:

- 11.1.1 habilitação jurídica;
- 11.1.2 regularidade fiscal e trabalhista;
- 11.1.3 qualificação econômico-financeira;
- 11.1.4 qualificação técnica;

- 11.2 A **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira** serão comprovadas mediante consulta *online* no SICAF, logo após o encerramento dos lances eletrônicos.

- 11.2.1 Na hipótese de o licitante não apresentar habilitação válida no SICAF ou não seja cadastrado, deverá proceder conforme o Artigo 14 do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, encaminhando a documentação que supra tal habilitação, conforme solicitação do Pregoeiro.

- 11.2.2 O licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

- 11.2.2.1 certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, cuja validade não tenha se encerrado antes da data estabelecida para a sessão pública deste Pregão;

- não estando explícita na certidão a data de validade, será considerado o prazo de validade do documento emitido no Distrito Federal, que é de 30 (trinta) dias;

- 11.2.2.2 certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011 (www.tst.jus.br/certidao).

- 11.2.3 A não apresentação do documento constante do subitem 11.2.2, Inciso II, não implicará na inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de sua consulta via internet.

- 11.3 A boa situação financeira da empresa será avaliada por meio dos índices econômicos (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), comprovados por meio de consulta no SICAF, que deverão ser igual ou maior que 01 (um).

I. Quando qualquer dos índices (Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral) calculados e informados pelo SICAF apresentar resultado inferior a 1 (um), a empresa deverá comprovar um patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

II. Caso na Declaração do SICAF não conste o valor do patrimônio líquido ou o valor informado seja inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a comprovação solicitada no Inciso anterior deverá ser feita por meio da apresentação do último balanço patrimonial e demonstrações contábeis, exigidos e apresentados na forma da lei, sendo:

a) Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/76, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente: registrados e arquivados na junta comercial; publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; e publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.

b) Para as demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente

autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

- 11.3.1 O Pregoeiro poderá, ainda, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 11.4 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF ou que nele constem como vencidos na data de abertura da licitação, deverão ser remetidos em conjunto com a documentação na forma que for solicitada pelo Pregoeiro.
- 11.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante:
- 11.5.1 1 (um) atestado/certidão de capacidade técnica, ou mais, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e **emitido em nome do licitante**, que comprove que a empresa prestou serviços compatíveis em quantidade e natureza com os serviços objeto desta licitação, **por período não inferior a 3 (três) anos**, comprovando que tenha executado contrato ou somatório de contratos **com um total mínimo de 50% dos postos previstos.** (IN 05/2017-MPOG) no item ao qual estiver concorrendo.
- 11.5.1.1 Para comprovação da exigência do Item 11.5.1, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual e telefone de contato da contratante e local em que foram prestados os serviços. (IN 05/2017-MPOG), para que o Banco possa manter contato com o declarante/atestador, se for o caso.
- 11.5.1.2 Somente serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica **expedidos após a conclusão do contrato** ou se decorrido, no mínimo, **um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.** (IN 05/2017-MPOG)
- 11.5.1.3 **Será permitido o somatório de atestados ou certidões para fins de comprovação da qualificação técnica da licitante, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante.** (IN 05/2017-MPOG)
- 11.6 O licitante melhor classificado deverá apresentar, também, os seguintes documentos:
- 11.6.1 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, com vínculo familiar com funcionário detentor de função de confiança do Banco de Brasília S. A, nos termos do art. 8º do Decreto nº 32.751/2011, conforme **Anexo VI**.
- 11.6.2 Os licitantes que se declararem como ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição, preferencialmente, mediante apresentação de **certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio**, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, a qual deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os demais documentos, na forma dos **itens 11.8 e 11.9**;
- 11.6.2.1 Tratando-se de sociedade simples, a comprovação da qualidade de ME ou EPP poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo, devendo tal condição ser demonstrada mediante a apresentação de balanços, nos termos previstos em lei e na forma dos **itens 11.8 e 11.9** ou por meio de consulta aos dados cadastrados no SICAF, se forem estes suficientes para a prova pretendida.
- 11.7 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 11.8 A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos conforme solicitado pelo

[pregoeiro no chat do Comprasnet](#), no prazo a ser estabelecido, também pelo pregoeiro, para fins de análise preliminar da documentação.

- 11.9 Vencida a análise preliminar, os documentos enviados conforme o subitem anterior deverão ser encaminhados, originais ou cópias autenticadas, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro contado de sua solicitação, à Gerência de Contratações - GECON, situada no SBS Q1, Bloco E, 16º andar – Ed. Brasília – CEP 70.072-900 – Brasília – DF.
- 11.10 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 RECURSO

- 12.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 12.2 O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 12.3 O recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.4 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 O objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor, após decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela Autoridade Competente.
- 13.2 Verificado o atendimento aos requisitos estabelecidos neste Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, conforme previsto neste Edital.
- 13.3 Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto nº 5.450/2005.
- 13.4 À Autoridade Competente cabe:
- 13.4.1 adjudicar o objeto deste Pregão ao licitante vencedor, se houver interposição de recurso;
- 13.4.2 homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;
- 13.4.3 anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- 13.4.4 revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- 13.5 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.
- 13.6 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14 DO CONTRATO

- 14.1 Para a formalização do Contrato, a empresa adjudicatária deverá entregar ao BRB, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Brasília/DF, em até 03 (três) dias úteis após a comunicação pela Gerência de Contratações - GECON do BRB, cópias autenticadas do contrato/estatuto social e suas alterações, identidade e CPF do(s) responsável(eis) pela assinatura do Contrato e instrumento de outorga de poderes, quando for o caso.
- 14.2 A empresa adjudicatária deverá assinar e devolver o Contrato ao BRB no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento.
- 14.2.1 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo BRB.
- 14.2.2 A assinatura do Contrato de prestação de serviços pela empresa vencedora do certame ficará condicionada a:
- 14.2.2.1 comprovação de abertura de conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa;
- 14.2.2.2 apresentação, pela empresa a ser Contratada, de termo específico que permita ao gestor do Contrato ter acesso aos saldos e extratos da conta corrente vinculada, para efeito de controle;
- 14.2.2.3 os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança.
- 14.3 Na formalização do Contrato serão verificadas as condições de validade da habilitação do licitante vencedor.
- 14.4 Qualquer condição apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que pertinente e compatível com os termos deste Edital, e que não altere ou de qualquer forma modifique o objeto, especificações ou forma de execução do objeto, poderá ser acrescentada ao instrumento contratual.
- 14.5 As disposições constantes deste Edital e seus Anexos, bem como os compromissos assumidos pelo licitante vencedor, para todos os efeitos legais, serão partes integrantes do Contrato, independentemente de sua transcrição.
- 14.6 É facultado ao Pregoeiro, quando o convocado não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

15 DO PAGAMENTO E DAS OBRIGAÇÕES

- 15.1 O pagamento e as obrigações decorrentes deste Pregão estão consignadas no Anexo I e em Contrato, conforme minuta constante do Anexo VII, procedendo-se às adaptações cabíveis à presente licitação, que guardará rigorosa conformidade com suas disposições e com os termos da proposta vencedora.

16 DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO LICITANTE E À CONTRATADA

- 16.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, o licitante que:
- 16.1.1 não assinar Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.2 deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- 16.1.3 apresentar documentação falsa;
- 16.1.4 não mantiver a proposta;

- 16.1.5 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 16.1.6 falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- 16.1.7 comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.8 fizer declaração falsa;
- 16.1.9 cometer fraude fiscal.
- 16.2 Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes deste Edital o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor ou à Contratada, conforme o caso, as seguintes sanções:
 - 16.2.1 advertência;
 - 16.2.2 multa de:
 - I - 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, no caso de inexecução total das obrigações, exceto nos casos do item 16.1 do Edital.
 - 16.2.3 suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3 A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
 - 16.3.1 descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;
 - 16.3.2 execução insatisfatória ou inexecução das obrigações assumidas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
 - 16.3.3 pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB;
- 16.4 Decorridos 15 (quinze) dias de atraso na execução do objeto contratado, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, poderá o BRB optar pela rescisão do Contrato.
- 16.5 Havendo rescisão do Contrato por culpa da Contratada, será aplicada multa de 10% calculada sobre o valor total atualizado do Contrato, exceto nos casos do item 16.1. do Edital.
- 16.6 A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do BRB, a retenção dos créditos decorrentes da mesma, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a Contratada das sanções previstas neste Edital e em lei, até a completa indenização dos danos.
- 16.7 A aplicação de multas não impede que o BRB rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.
- 16.8 As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo BRB;
- 16.9 Inexistindo pagamento devido pelo BRB, ou sendo este insuficiente, caberá à Contratada efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa;
- 16.10 Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, far-se-á a sua cobrança judicialmente.
- 16.11 A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o BRB poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:
 - 16.11.1 por 6 (seis) meses:

- I. quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos ao BRB;
 - II. quando ocorrer execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da penalidade de advertência;
- 16.11.2 por 01 (um) ano:
- I. quando o licitante praticar qualquer ato que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório;
 - II. quando a Contratada der causa à rescisão do Contrato;
- 16.11.3 por 02 (dois) anos:
- I. quando o licitante praticar atos ilícitos, visando a frustrar o objetivo desta licitação;
 - II. quando o licitante ou a Contratada cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao BRB.
- 16.12 A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada do licitante ou da Contratada em prejuízo do BRB, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao BRB ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.
- 16.13 A penalidade prevista no subitem anterior é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da abertura de vista.
- 17 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
- 17.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 17.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 17.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 17.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet.
- 17.5 A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Decreto Federal nº 5.450/2005, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@brb.com.br.
- 17.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados.
- 17.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, além de serem respondidos diretamente aos solicitantes pelo mesmo e-mail da petição enviada, serão disponibilizados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link *Acesso Livre > Pregões > Agendados, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.*
- 17.8 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 17.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores

alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

18 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 18.1 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 18.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da empresa contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.
- 18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e só se iniciam ou vencem em dia de expediente no BRB.
- 18.4 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
- 18.5 Não serão admitidos aditamentos, cancelamentos e/ou retificações na proposta, ou alterações nas condições estipuladas neste Pregão, devendo os casos omissos serem resolvidos pelo BRB, tendo em vista o seu interesse.
- 18.6 O serviço deverá ser prestado diretamente pela Contratada, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros, das obrigações decorrentes do Contrato.
- 18.7 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e julgar necessário.
- 18.8 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos exigidos neste Edital, salvo em casos supervenientes, fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados e a critério do Pregoeiro.
- 18.9 O BRB reserva-se o direito de adiar os horários e datas de abertura das propostas e/ou alterar as exigências para apresentação das mesmas, fazendo aos licitantes as indispensáveis comunicações.
- 18.10 Não serão aceitos documentos com rasuras ou emendas, que, a critério do Pregoeiro, comprometam a sua autenticidade.
- 18.11 Havendo divergências entre o Edital e Anexos, prevalece o Edital.
- 18.12 Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 18.13 As despesas decorrentes da presente licitação correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 - dispendio das estatais, e Fonte 1 - geração própria.

19 DO FORO

- 19.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20 DOS ANEXOS

- 20.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:
 - ANEXO I – Termo de Referência;
 - ANEXO II – Relação de Materiais, Produtos e Equipamentos;
 - ANEXO III – Planilhas de Formação de Preços;
 - ANEXO IV – Quadro Valores Máximos;
 - ANEXO V – Planilha de Preços;

ANEXO VI – Declaração de Parentesco;
ANEXO VII – Minuta de Contrato;
ANEXO VIII – Termo Voluntário de Compromisso.

Brasília/DF, 04/07/2017

Carlos F. L. Fagundes
Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Prestação dos serviços de apoio administrativo, conservação e limpeza - **para um período de 30(trinta) meses**, com o fornecimento dos materiais de limpeza e equipamentos necessários para a execução dos serviços, nas agências do BRB – Banco de Brasília S/A localizadas no Distrito Federal, conforme **ANEXO II**.

1.2 ITEM 01

ITEM 01		Sindicatos
Funções	Quant.	
Telefonista	1	Sintel
Servente	46	Sindiserviços
Total	47	

1.3 ITEM 02

ITEM 02		Sindicatos
Funções	Quant.	
Telefonista	1	Sintel
Servente	60	Sindiserviços
Total	61	

2. APOIO ADMINISTRATIVO**2.1. TELEFONISTA**

2.1.1. Requisitos: Ensino médio completo, curso básico em telefonia, fluência verbal sem vícios, apresentação pessoal, foco no atendimento ao cliente, bom relacionamento interpessoal, atenção e compreensão.

- Receber ligações telefônicas;
- Acompanhar permanentemente o painel e os sinais emitidos, operando a mesa telefônica de forma a estabelecer comunicações internas, locais ou interurbanas, exclusivamente entre o cliente e o servidor do Banco;
- Zelar pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção, para assegurar-lhe perfeitas condições de funcionamento;
- Executar outras tarefas de natureza análogas.

2.1.2. Carga horária: 36 horas semanais trabalhadas.

2.1.3. Como as agências do BRB não funcionam aos sábados, a carga horária deve ser diluída no decorrer da semana, de forma que a telefonista cumpra as 36h semanais trabalhadas, obedecendo os intervalos de descanso, conforme preceitua a lei.

3. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**3.1. SERVENTE**

3.1.1. Requisitos: Ensino fundamental, apresentação pessoal, bom relacionamento interpessoal, atenção e compreensão.

3.1.2. Carga horária: 44 horas semanais trabalhadas.

3.1.3. Como as agências do BRB não funcionam aos sábados, a carga horária deve ser diluída no decorrer da semana, de forma que os serventes cumpram as 44h semanais trabalhadas, obedecendo os intervalos de descanso, conforme preceitua a lei.

3.1.4. Atribuições:**3.1.4.1. Diariamente**

- Varredura de todas as dependências do imóvel;
- Remoção, com pano úmido, do pó das mesas, armários, prateleiras, persianas, peitoris,

caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc;

- Coleta de lixo, no mínimo, duas vezes ao dia;
- Limpeza e desinfecção dos sanitários, no mínimo, duas vezes ao dia e sempre que necessário;
- Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete os sanitários;
- Limpeza e polimento de utensílios de metal ou porcelana;
- Limpeza de máquinas eletrônicas e computadores com produtos específicos;
- Limpeza e desinfecção dos aparelhos de comunicação;
- Lavagem de todos os pisos e áreas externas dos prédios;
- Limpeza de gramados, áreas ajardinadas e estabelecimentos privativos do banco;
- Limpeza dos elevadores, compreendendo piso, paredes internas, portais guias,
- Conservação de piso encerados ou não, utilizando-se de processos adequados;
- Lavagem das escadas, pisos e áreas laváveis;
- Limpeza e conservação das paredes divisórias, suas portas, maçanetas e vidros;
- Limpeza com aspirador de todos os tapetes, passadeiras e capachos, onde existirem;
- Preparar o cafezinho e deixar a copa sempre limpa, lembrando que o servente não terá a obrigação de servir o café para os funcionários do banco e nem de lavar o vasilhame sujo após as refeições;
- Fazer a troca dos garrafões de água nos bebedouros, quando necessário.

3.1.4.2. Semanalmente

- Passagem de enceradeira nas áreas enceráveis, visando a manutenção do brilho;
- Lavagem, com detergente não corrosível, das escadarias e todos os pisos laváveis da área interna;
- Enceramento de todas as áreas e pisos enceráveis;
- Enceramento e polimento de todos os móveis e divisórias de madeira;
- Polimento e conservação dos móveis de metal;
- Limpeza dos vidros e vidraças da fachada do imóvel;
- Limpeza e polimentos de todas as cortinas, persianas, esquadrias, basculantes, peitoris, rodapés e instalações metálicas (alumínio, bronze etc);
- Limpeza de manchas de qualquer natureza nas paredes, pisos, portas e áreas pintadas,
- Limpeza e polimento das colunas e pisos de mármore, onde houver;
- Limpeza e desinfecção dos aparelhos telefônicos e dos bebedouros;
- Limpeza geral nos aparelhos de ar condicionado, ventiladores, circuladores de ar e exaustores;
- Limpeza geral das cadeiras e poltronas.

3.1.4.3. Quinzenalmente

- Limpeza, com água sanitária, de todas as áreas azulejadas;
- Limpeza geral da fachada externa do imóvel, luminárias e venezianas;
- Limpeza e polimento das placas, quadros, pinturas e painéis, por métodos que não danifiquem os objetos;
- Limpeza geral dos tetos e paredes;
- Limpeza e desinfecção das canalizações de águas pluviais, caixas de esgoto e gordura.

3.1.4.4. Mensalmente

- Enceramento e polimento de todas as divisórias de madeira de lambris e móveis de madeira;
- Lavagem de tapetes, carpetes e capachos com equipamentos próprios e material

adequado, sempre que solicitada pelo contratante;

- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

3.1.4.5. Semestralmente

- Limpeza e desinfecção das caixas d'água;
- Lavagem de todas as colunas, arcos e fachadas de mármore, quando existentes;
- Limpeza geral das fachadas das agências;
- Limpeza geral das calhas. Em caso de necessidade, as calhas devem ser limpas sempre que solicitado pelo contratante.

Obs.: caso o servente não esteja preparado para fazer os serviços de jardinagem, principalmente corte de grama e limpeza geral, a contratada deverá encaminhar profissional preparado para executar o serviço, quando solicitado pelo banco, o que ocorrerá esporadicamente.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Fornecer toda a mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

4.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

4.3. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando profissionais de boa conduta e demais referências.

4.4. Manter disciplina nos locais de serviços, retirando no prazo máximo de 24h, após notificação do BRB, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente para o trabalho.

4.5. Manter sediado junto ao BRB, durante os turnos de trabalho, profissionais capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

4.6. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24h. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica. Em se tratando de equipamento de propriedade do BRB, ressarcir ao Banco as despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização dos mesmos, quando necessário.

4.7. Prover seu pessoal com os equipamentos de proteção individual exigidos por lei.

4.8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

4.9. Nomear preposto para o acompanhamento dos serviços, sem ônus para o Banco, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços no BRB e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

4.10. O preposto, obrigatoriamente, deverá se apresentar na(s) agência(s) do BRB onde serão prestados os serviços, no primeiro dia de vigência do contrato, para os ajustes dos procedimentos relativos à execução do contrato.

4.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo BRB.

4.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados e/ou fiscal.

4.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do BRB.

4.14. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do BRB.

- 4.15. Registrar e controlar, com o acompanhamento de um representante do BRB, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.
- 4.16. Observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.
- 4.17. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sem qualquer solidariedade do BRB, os empregados necessários à execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, etc. Deverão ser observados os requisitos dos perfis estabelecidos como mínimo necessário, para cada função, constantes deste Termo.
- 4.18. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do BRB.
- 4.19. Garantir a presença dos empregados prestadores dos serviços, no caso de greve de transporte coletivo.
- 4.20. Pagar as diferenças a maior, quando o BRB tiver de contratar outra(s) empresa(s) para executar os serviços, em virtude de interrupção ou paralisação na execução dos serviços contratados.
- 4.21. Dar ciência, imediatamente e por escrito, ao BRB de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
- 4.22. Assumir expressamente todos os riscos decorrentes da relação de emprego mencionados no subitem 4.17, não cabendo ao BRB, em nenhuma hipótese, ônus de eventuais condenações judiciais, imposições de multas pelo Poder Público ou pagamento de quaisquer indenizações por acidentes do trabalho.
- 4.23. Informar ao BRB, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e o respectivo número da carteira de identidade dos empregados alocados na prestação dos serviços.
- 4.24. Informar ao BRB, também para controle de acesso às suas dependências, todas as ocorrências de afastamentos definitivos e novas contratações de empregados, sendo aquelas no prazo de 24h e estas até o dia do início do trabalho.
- 4.25. Obedecer às normas e rotinas do BRB, em especial às que se referirem sobre a segurança e confiabilidade dos sistemas de guarda, de manutenção e da integridade dos dados.
- 4.26. Executar os serviços com empregados seus, trajando uniformes adequados, limpos e completos, fornecidos pela contratada, e portando crachá de identificação onde constará, explicitamente, no mínimo, a razão social da empresa, o nome e o registro do empregado e o respectivo horário de trabalho.
- 4.27. Fornecer os uniformes e crachás, inclusive os crachás provisórios, a todos os seus profissionais, sem ônus para o BRB, sendo, no mínimo, 02 (dois) conjuntos completos de uniformes, incluindo um par de sapatos, para todos os seus empregados. Para o primeiro conjunto, a entrega deverá ser feita no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, após a assinatura do contrato. Para o segundo conjunto, 06(seis) meses exatos após a entrega do primeiro.
- 4.28. Não permitir, em hipótese alguma, a presença de profissional alocado no posto de trabalho não uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e sem o crachá de identificação.
- 4.29. Os uniformes a serem fornecidos aos empregados poderão ser de acordo com os modelos já utilizados pela empresa.
- 4.30. Os comprovantes de entrega dos uniformes deverão ser repassados à GESEG – Gerência de Serviços Gerais, no mês seguinte à entrega dos uniformes aos prestadores de serviço, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização plena da pendência, cuja

decisão é exclusiva do BRB.

4.31. Manter contingente de reserva técnica para suprir eventuais ausências de seus empregados em decorrência de férias, licença saúde, faltas ao serviço etc.

4.32. Promover a substituição do(s) profissional(ais) que, a juízo do BRB, não preencher(em) as condições de idoneidade e de capacidade técnico-profissional exigível para o bom desempenho de suas atividades, bem como daqueles que, durante a execução dos serviços, não estejam correspondendo ao desempenho esperado, devendo esta substituição ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação do fato, sem ônus adicionais para o BRB.

4.33. Fiscalizar, diariamente, os empregados e a execução dos serviços, acompanhando a frequência, assiduidade, pontualidade, utilização do uniforme/crachá e vistar as folhas de ponto, etc.

4.34. Fornecer tempestivamente todos os materiais de limpeza, equipamentos e produtos necessários para a execução dos serviços de conservação e limpeza, sem que, para isso, seja devido qualquer ressarcimento por parte do BRB. Todos os materiais devem ser de primeira qualidade, sob pena de devolução.

4.35. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do BRB, devendo ser ajustado de acordo com a necessidade de cada ponto de atendimento.

4.36. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais - inclusive sacos plásticos resistentes para acondicionamento dos materiais recicláveis e não recicláveis, obedecendo rigorosamente às determinações da legislação vigente -, ferramentas e utensílios em quantidade e qualidade exigidas pelo Banco.

4.37. A reposição de empregados em férias dar-se-á com antecedência mínima de 02 (dois) dias, para efetiva transferência dos serviços.

4.38. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento do BRB em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos serviços, ficando o BRB, desde já, autorizado a glosar nas faturas as importâncias quando estiver constituído o débito em desfavor do Banco, em razão de decisão judicial, e desde que comprovado, por meio de devido processo legal, que o dano ocorreu por inadimplência da contratada. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere ao BRB a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

4.39. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários e os auxílios dos vales transporte e alimentação dos profissionais contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos.

4.40. Responder por todos e quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais ou prepostos às dependências, instalações e equipamentos do BRB ou de terceiros, por culpa ou dolo devidamente comprovados, providenciando a correspondente indenização, ficando o banco autorizado a fazer a glosa do respectivo valor na primeira fatura vincenda após a ocorrência do fato.

4.41. Adotar todos os critérios de segurança tanto para os empregados quanto para os serviços propriamente ditos.

4.42. Apresentar, junto com a fatura do mês, ao BRB os comprovantes de pagamento dos salários, dos vales alimentação e transporte, assim como do recolhimento de todos os encargos e demais obrigações sociais inerentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços, sob pena de suspensão do pagamento atinente às faturas vincendas.

4.43. Não transferir a outrem o cumprimento das obrigações assumidas.

4.44. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do BRB para acompanhamento da execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo tempestivamente às reclamações formuladas.

4.45. Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação, incluindo a

atualização de documentos de controle de arrecadação de tributos e contribuições federais (SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND, dentre outros) no SICAF e junto ao BRB.

4.46. Realizar, sem ônus para o BRB, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde exigidos, apresentando os respectivos comprovantes ao BRB, sempre que solicitados.

4.47. Realizar horas extras de acordo com a necessidade do BRB, desde que o pedido seja formalizado com antecedência.

4.48. Toda e qualquer falta nos postos de trabalho deverá ser suprida por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos pelo contratante, sem prejuízo para a unidade.

4.49. Entregar, até o dia do pagamento da categoria, todos os contracheques a todos os prestadores de serviço, prazo improrrogável.

4.50. Assinar e devolver as carteiras de trabalho de todos os prestadores de serviço no prazo máximo de 10(dez) dias úteis após o início da vigência do contrato, repassando, sempre que solicitado, cópias dos comprovantes para o controle do Banco.

4.51. Em no máximo 20(vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, prazo improrrogável, entregar ao BRB cópias dos comprovantes do plano de saúde e seguro de vida feitos em favor dos prestadores de serviço lotados nas unidades do Banco, conforme ANEXO II.

4.52. O valor a ser pago pelo BRB à contratada inerente ao plano de saúde terá início imediatamente no dia de ativação do plano para o uso dos colaboradores, o que deverá ser comprovado mediante entrega de documentação emitida pela prestadora dos serviços.

4.53. Disponibilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas.

4.54. autorizar de imediato o contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos pela contratada.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Assumir todas as obrigações constantes da minuta do contrato, que vai anexa a este termo de referência, atinentes aos procedimentos de fiscalização do contrato, em conjunto com a contratada, assim como aquelas inerentes à realização dos pagamentos de forma tempestiva, obedecendo estritamente os prazos pactuados entre as partes.

6. RETENÇÕES DA CONTA VINCULADA

6.1. As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, décimo terceiro salário e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS por dispensa sem justa causa serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em uma conta aberta pela contratada, em qualquer agência do BRB.

6.2. O valor atinente às provisões acima referidas deve ser informado ao BRB, em planilha separada, que, juntamente com a fatura relativa aos serviços prestados no mês e demais documentos exigidos em contrato, devem ser entregues à área gestora do contrato, para que, após conferência e ateste do serviço, seja efetuado o depósito do valor correspondente em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação – aberta pela contratada e em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente com ordem formal e exclusiva do BRB.

6.3. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação:

- a) décimo terceiro salário;
- b) férias e abono de férias;
- c) impacto sobre férias e décimo terceiro salário;

d) multa do FGTS.

6.4. A assinatura do contrato de prestação de serviços pela empresa vencedora do certame ficará condicionada a:

a) comprovação de abertura de conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa;

b) apresentação, pela empresa a ser contratada, de termo específico que permita ao gestor do contrato ter acesso aos saldos e extratos da conta corrente vinculada, para efeito de controle.

6.5. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança.

6.6. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados acima depositados na conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

6.7. Para a liberação de valores depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, a contratada deverá apresentar ao BRB documentos comprobatórios da quitação das indenizações trabalhistas, conforme previsão legal.

6.8. O saldo remanescente da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, mediante declaração do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, confirmando a quitação de todas as indenizações trabalhistas, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.

6.9. A execução completa do contrato só acontecerá quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos empregados.

7. PENALIDADES

7.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do contrato o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública do Distrito Federal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

7.2. A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multa:

a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;

b) execução insatisfatória ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB.

7.3. O atraso injustificado na execução das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor total faturado no mês, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato atualizado.

7.4. Caberá multa de 10% (dez por cento) sobre o último faturamento mensal dos serviços por falha ou irregularidade detectada na prestação dos serviços na dependência, notadamente no caso de a CONTRATADA não executar os serviços na forma estabelecida no contrato.

7.5. Decorridos 02 (dois) dias de atraso na execução dos serviços, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das

obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar as multas previstas em contrato, poderá o BRB optar pela rescisão do Contrato.

7.6. As multas acima referidas não impedem que o BRB rescinda unilateralmente o contrato a ser celebrado entre as partes e aplique outras sanções previstas no instrumento contratual, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo.

7.7. As multas aplicadas, após o prazo de defesa, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo BRB.

7.8. Inexistindo pagamento devido pelo BRB ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação da confirmação da multa.

7.9. Não se realizando o pagamento no prazo definido em contrato, o BRB poderá valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

8. DAS PLANILHAS CONSOLIDADAS PARA PROPOSTA COMERCIAL

8.1. ITEM 01 – REGIÃO II

ITEM 01				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Telefonista	1	R\$ 3.323,81	R\$ 3.323,81	R\$ 99.714,30
Servente	46	R\$ 3.432,30	R\$ 157.885,80	R\$ 4.736.574,00
Valor total			R\$ 161.209,61	R\$ 4.836.288,30

8.2. ITEM 02 – REGIÃO IV

ITEM 02				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Servente	60	R\$ 3.432,30	R\$ 205.938,00	R\$ 6.178.140,00
Telefonista	1	R\$ 3.323,81	R\$ 3.323,81	R\$ 99.714,30
Valor total			R\$ 209.261,81	R\$ 6.277.854,30

9. OBSERVAÇÕES SOBRE A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os salários dos profissionais não poderão ser inferiores aos da convenção coletiva de trabalho da categoria e nem ao salário mínimo vigente a partir de janeiro/2017.

9.2. Com relação ao SAT – Seguro Acidente de Trabalho, as empresas devem cotar o percentual relativo ao seguro, obedecendo rigorosamente aos preceitos da legislação vigente. Em sendo solicitado pelo BRB, as empresas ficam obrigadas a confirmarem o percentual cotado, mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos fiscalizadores, considerando a atividade econômica principal.

9.3. Sobre o regime de tributação das empresas – lucro real/lucro presumido -, ficam estas obrigadas a ratificarem o regime adotado, mediante a apresentação de documentos exigidos pelo fisco.

9.4. Na planilha, deve constar o valor relativo ao plano de saúde da categoria, conforme exigência da Lei nº 4.799, de 29/03/12, no âmbito do Distrito Federal.

9.5. O plano de saúde deverá ser completo, contemplando consultas, exames em geral, cirurgias, internações, UTI, etc.

9.6. Para os encargos sociais, o percentual a ser cotado pelas licitantes poderá ser de até 70,64%, conforme recomendação do TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal.

9.7. Para o vale transporte, consideramos o valor de R\$10,00/dia, ou seja, o valor máximo/dia das passagens vigentes no DF.

9.8. Não será necessário cotar insalubridade e periculosidade para as funções a serem contratadas.

10. RELAÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA

Água sanitária
Álcool
Aromatizante/Purificador de ar
Balde
Cêra líquida incolor
Desentupidor de pia
Desinfetante p/ banheiros e sanitários
Detergente líquido neutro para louça
Discos verde, branco e preto p/ enceradeira
Escova para enceradeira
Esponja de nylon dupla face
Flanela
Impermeabilizante
Limpa pedra (pedrex ou similar)
Limpa vidros
Limpador multi uso (veja ou similar)
Lustra móvel (shell ou similar)
Luva de borracha
Mangueira
Pá para lixo
Palha de aço (tipo bombril ou similar)
Pasta jóia
Pasta tipo limp-tek
Pedra sanitária
Polidor de metal (Basso ou similar)
Querosene
Refil para saboneteira e sabonete líquido
Removedor mágico
Rodinho para pia da copa
Rodo para limpar vidro
Rodo normal para o chão
Sabão em barra
Sabão pastoso
Sabonete líquido p/ banheiros
Soda cáustica
Sacos resistentes de plástico p/ lixo 50 e 100 litros
Sacos de pano p/ limpeza
Vaselina líquida
Vassoura de pelo, de piaçava e de gari
Vassourinha p/ limpar vaso

10.1 OBSERVAÇÕES

10.1.1. Com o objetivo de evitar reclamações futuras, bem como prejuízos para a

contratada, **recomendamos** que as licitantes façam a vistoria nas unidades do banco para certificarem o quantitativo exato do material necessário a ser utilizado na execução do serviço. Na oportunidade, ressaltamos que todo material de limpeza deverá ser de primeira qualidade.

10.1.2. A título de esclarecimento, informamos que para o material de limpeza consideramos o valor de R\$127,06 por servente, tendo como base resultado do pregão eletrônico 010/17, realizado em 06/02/17, no qual foram contratadas várias funções, dentre elas a de servente.

10.1.3. Para os sacos de lixo, obedecer rigorosamente os critérios abaixo, lembrando que os modelos deverão ser fornecidos a partir de janeiro/2017.

10.1.3.1. **Para o reciclável seco:** sacos azuis e/ou verdes;

10.1.3.2. **Para os não recicláveis:** sacos cinzas;

10.1.3.3. **Para os orgânicos:** sacos pretos.

10.1.3.4. Todos os sacos devem ser etiquetados (pode ser com etiqueta simples, mas com cola de primeira qualidade para não soltar dos sacos) com os seguintes dados: CNPJ da agência, nome da agência e tipo de resíduo recolhido.

10.1.4. Quando da repactuação do contrato, os valores atinentes à rubrica específica de material de limpeza serão repactuados pelo **IPCA**, considerando o período legal de direito da contratada.

10.1.5. **Enceradeiras:** disponibilizar uma de modelo 410 para cada agência com mais de um servente e deixar duas, em cada região, na reserva para o atendimento das demais unidades.

10.1.6. **Aspiradores de pó:** manter dois, em cada região, na reserva para o atendimento das demandas diversas.

10.1.7. **Escadas:** o ideal seria uma para cada agência. No entanto, após levantamento a ser feito pela licitante vencedora do certame, poderá ser adquirido apenas o quantitativo necessário para o atendimento de demandas pontuais, ficando a logística da entrega por conta da contratada.

10.1.8. **Andaime:** manter um na reserva para o atendimento das demandas de limpeza das fachadas das agências, quando necessário, o que acontecerá de forma esporádica.

10.1.9. **Cintos de segurança:** será utilizado de acordo com a necessidade de cada caso específico, ficando sob a responsabilidade exclusiva da contratada o acompanhamento pelo uso.

11. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Vide ANEXO II

12. UNIFORMES

12.1. Os uniformes a serem fornecidos poderão ser de acordo com os modelos já utilizados pela empresa, desde que o da telefonista seja social.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. Os equipamentos e utensílios existentes nas copas serão colocados à disposição da contratada, em perfeito estado de conservação e condições normais de uso, data em que a contratada assumirá total responsabilidade pela manutenção e guarda dos mesmos. No caso de mau uso, os equipamentos e utensílios deverão ser substituídos pela empresa, sem ônus para o BRB.

13.2. No caso de a contratada atrasar pela segunda vez o pagamento de salários e/ou vales transporte/alimentação dos colaboradores, assim como dos boletos relativos ao FGTS e INSS, além das penalidades pecuniárias previstas em contrato, o BRB reserva-se o direito de reter os pagamentos das faturas vincendas com a finalidade precípua de, primeiramente, garantir o pagamento dos direitos dos trabalhadores e dos tributos para, posteriormente, depositar o valor remanescente na conta da empresa.

ANEXO II – ENDEREÇOS

ANEXO II - ITEM 01				
Agências	Endereço	Telefone	Servente	Telefonista
504 Norte	SEPN 504, Bloco A, Loja 120, Ed. Ana Carolina, Asa Norte - BRASÍLIA - DF	61-3410-8900	1	0
Buriti	SAIN Lote B Praça do Buriti - BRASÍLIA – DF	61-3323-1219 / 3323-1087 / 3323-1594	2	0
Câmara	Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05, Térreo Inferior – BRASÍLIA – DF	61-3343-3083 / 3343-0454 / 3344-8221	1	0
CBMDF	SAIN Bl. D, Lote E - BRASÍLIA - DF	61-3343-2361 / 3343-2199	1	0
Ceasa	SIA Quadra 07 nº 100, Bloco 3, Lojas 12/13 - BRASÍLIA – DF	61-3362-4900/ 4905/ 4906	2	0
Conjunto Nacional	SDN/CNB, Lojas 98/99/110 a 117 e 119 - BRASÍLIA – DF	61-3329-5500 / 5502 / 5505	2	0
Detran	SAIN Lt A, Ed. Sede DETRAN - BRASÍLIA – DF	61-3341-5963 / 3343-0954	1	0
HRAN	SMHN Área Especial - Hosp. Reg. Asa Norte - BRASÍLIA – DF	61-3327-9759 / 3326-5929 / 9627	1	0
Jardim Botânico	Rod. DF 001, Km 23/26, Qd.2 Com, Bl.B, L.3/4, Lj.6/8, Cond.Solar BSB, Jd.Botânico	61-3339-9800	1	0
JK	SCN, Qd. 01 Bl. C Módulo B - BRASÍLIA - DF	61-3426-6400	2	1
Lago Norte	SHIN Canteiro Central, Lt. 07, Lago Norte - BRASÍLIA – DF	61-3368-2983 / 3602 / 4302	2	0
Norte	SEPN 507, Bloco D, BRASÍLIA – DF	61-3348-4607 / 4613 / 4625	2	0
Paranoá	Praça Central, Área Especial, lote nº 02 - PARANOÁ – DF	61-3369-6905 / 0937 / 1186	2	0
Parque Rural	Parque Estação Biológica, Asa Norte (antiga sede da Câmara Legislativa do DF)	61-3349-5915 / 0817 / 3340-8767	1	0
Planaltina	SHD, Bloco J/A - PLANALTINA – DF	61-3389-1802 / 3388-0931 / 2631	3	0
Pontanorte	SEPN 516, Conj.A, Lojas 46/94, Térreo - BRASÍLIA – DF	61-3274-0126 / 0157 / 0178	2	0
Procuradoria	SAIN Projeção I, Ed. Procuradoria Geral do DF - BRASÍLIA – DF	61-3223-4540 / 3140	1	0
SAAN	SAAN Qd. 02, Bl. B, Térreo - BRASÍLIA – DF	61-3362-4800 / 4824 / 4830	2	0
São Sebastião	Centro de Múltiplas Atividades, Lote 06, Centro - SÃO SEBASTIÃO – DF	61-3335-7005 / 3302 / 2789	2	0
SEE/DF Planaltina	S. Educacional, Lotes C/D, Centro de Ensino Fundamental 4 - PLANALTINA - DF	61-3388-6403 / 3389-3240	1	0
SEE/DF Sede	SGAN 607, Projeção D, Sede da FEDF - BRASÍLIA – DF	61-3272-1253 / 3273-6161 / 3286	1	0
SEE/DF Sobradinho	Q 04, Área Especial, Centro de Ensino Médio 01- SOBRADINHO – DF	61-3387-9295 / 6166	1	0
SEF	N Ed. Vale do Rio Doce, Subsolo - BRASÍLIA – DF	61-3327-1798 / 1804 / 1918	1	0
SES/DF HRP	S. Hospitalar Oeste, Av. WL4, AE - PLANALTINA - DF	61-3389-6690 / 8073 / 3388-5923	1	0
SES/DF HSPA	Quadra 02, Conj. K, Lote 01, Setor Hospitalar, Paranoá - BRASÍLIA - DF CEP 71.570-903	61 3369-9651	1	0
SES/DF HRS	Qd. 12 Área Especial, HRS - SOBRADINHO – DF	61-3387-8626 / 3591-6976 / 6973	1	0
Shopping Popular	Parque Ferrov. Brasília, Shop. Pop. Brasília, Ala C, Box 5/24,21/60 - BRASÍLIA -DF	61 3106-3500/3501	1	0
Sobradinho	Setor Comercial Central, Bl. 01 - SOBRADINHO – DF	61-3591-1820 / 3230 / 1909	2	0
Sobradinho II	Av. Central, Conjunto 6, lote 14 - SOBRADINHO II - DF CEP 73.062-806	61-3483-5011 / 3483-0609 / 3485-2105	1	0
TCDF	Palácio Costa e Silva, Térreo, Praça do Buriti - BRASÍLIA – DF	61-3223-8043	1	0
Terracap	SAM Bl. F, Ed. Sede Terracap - BRASÍLIA – DF	61-3344-0643 / 0683 / 6268	1	0
UnB	UNB SG 11, Campus Universitário, Bl. Múltiplos Usos - BRASÍLIA – DF	61-3307-1781 / 3347-0372	1	0
Vila Buritis	Setor Residencial Leste, Quadra 2, Conjunto B, Lote 40, Vila Buritis, PLANALTINA – DF	61-3488-8300 / 8301 / 8302	1	0
TOTAL GERAL			46	1

ANEXO II - ITEM 02				
Dependências	Endereços	Telefone	Servente	Telefonista
ADE EPNB – Ág. Claras	ADE, Conjunto 16, Lote 47, Lojas 1 a 4, Águas Claras TAGUATINGA - DF CEP 71.988-720-	3399-1413 / 3399-2838 / 3399-6641	1	0
Águas Claras	Rua 16 Norte, Lote 02 - Lojas 07 a 10 - Ed. Márcia Corrêa Muniz, Águas Claras	3435-8300 / 3436-8153 / 3436-8154	1	0
Alfa	Q1 1, Lote 160, Térreo, Setor Industrial - GAMA - CEP 72.445-010	3385-9300	2	0
Brazilândia	S.Norte Qd.3 Bl.B Lt. 6 a 10 - Setor Norte - BRAZILÂNDIA - DF CEP 72.705-030	3479-8100	3	0
Caesb	SIA Área Especial F, GUARÁ - DF CEP 71.215-000-	3234-7670 / 3234-0267 / 3233-7598	1	0
Ceilândia	CNM 01 Bl. B Centro - CEILÂNDIA - DF CEP 72.215-502	3471-8100	3	0
Ceilândia Norte	QNN 25 Conj. C Lotes 2/4 - CEILÂNDIA NORTE - DF CEP 72.225-253	3379-9600	2	0
Ceilândia Sul	QNN 30, AE I, Lojas 1 a 3 e 101, Ceishop - CEILÂNDIA - DF CEP 72.220-300	3377-6758 / 3378-3930	2	0
Cemab	QSA 05, Área Especial 1- Lote CEAB - Posto Serviço FEDF/CEAB, TAGUATINGA - DF	3351-4088 / 3351-9985 / 3351-1399	1	0
CNB 12	CNB 12, Lotes 17/18, Loja 01, Térreo - TAGUATINGA - DF CEP 72.115-125	3351-7417 / 3351-7418	2	0
Flórida Mall	EPTG Rua Quaresmeira 2A, Lt. 08, Bl. Q, Lj. 31/34, Shopping Flórida Mall - GUARÁ - DF	3381-7947 / 3381-6432	1	0
Gama	SCC 01, Lotes 01/19 - GAMA - DF CEP 72.404-000	3484-9800	4	0
Hélio Prates	CNN 02 Bloco C Lotes 06/07 - CEILÂNDIA - DF CEP 72.220-503	3371-2502 / 3372-9685 / 3581-3098	2	0
Metró	Av. Jequitibá nº 155, Complexo Metrô, Águas Claras - TAGUATINGA - DF	3351-2030 / 3352-4598 / 3352-0956	0,5	0
P Sul	Quadra 01, Conjunto C, Lote 24, ADE Centro Norte - CEILÂNDIA - DF CEP 72.237-130	3378-9600	1	0
PM Taguatinga	QNG AE 22 - TAGUATINGA NORTE - DF CEP 72.130-002-	3355-7100	1	0
PMDf Gama	9º Batalhão de Polícia Militar, AE2, Setor Sul - GAMA - DF CEP 72.410-000-	3484-6863 / 3385-6495 / 3484-6742	1	0
Praça do DI	CNA 01, Lotes 09/10, Térreo e Sobreloja, Praça do DI - TAGUATINGA NORTE - DF	3353-7600	2	0
QNL	EQNL 05/07 - Bloco A - Loja 01 - Térreo - TAGUATINGA - DF CEP 72.150-511	3336-1074 / 3336-1075	1	0
Recanto das Emas	Qd. 203 Lt. 15 Av. Recanto das Emas - RECANTO DAS EMAS - DF CEP 72.610-300	3333-4226 / 3333-4506 / 3333-4685	2	0
Riacho Fundo	Área Central 03, Lote 10 - RIACHO FUNDO - DF CEP 71.810-300	3399-5654 / 3399-2225 / 3399-2250	1	0
Samambaia	QN 206, Lt. 01, Conj. A - SAMAMBAIA - DF CEP 72.316-500	3358-1356 / 3358-3411 / 3358-3544	3	0
Samambaia Sul	QN 304, Conjunto 03, Lote 02 - SAMAMBAIA SUL - DF CEP 72.306-003-	61-3458-9250	2	0
Santa Maria	Qd. Central 01, Lote 10, Bloco B - SANTA MARIA - DF CEP 72.535-000	3393-6905 / 3393-4335 / 3393-9617	2	0
SEE/DF Ceilândia	QNM 14, Área Especial DRE Escola 54 - CEILÂNDIA - DF CEP 72.210-140-	3371-2551 / 3373-9064-	1	0
SEE/DF Gama	AE EQ 27/36, Lado Oeste, Setor Central - GAMA - DF CEP 72.425-000-	3384-1210 / 3385-1280 / 3484-5810-	1	0
SEE/DF HRC	Área Especial 06, Setor Tradicional - BRAZILÂNDIA - DF CEP 72.720-660	61-3391-7432	1	0
SES/DF HRC	QNM 17, Área Especial 01, HRC - CEILÂNDIA - DF CEP 72.215-170-	3371-2100 / 3371-8580 / 3372-5345-	1	0
SES/DF HRG	Setor. Central, Área Especial, HRG - GAMA - DF CEP 72.405-610-	3384-0522 / 3385-0396	1	0
SES/DF HRT	Setor C-Norte, Área Especial 24 - TAGUATINGA - DF CEP 72.115-901	3562-1524 / 3562-1682 / 3562-1830-	1	0
Taguatinga	C.08, Lotes 13, 14, 29 e 30 - TAGUATINGA - DF CEP 72.010-080	3451-4500	5	1
Taguatinga Norte	CNG 04, Lotes 17/18 - TAGUATINGA NORTE - DF CEP 72.130-045	3354-1760 / 3354-2266 / 3354-2800	3	0
Taguatinga Shopping	QS 01, Rua 210, Lote 40, Loja 3065B, 3º Piso - TAGUATINGA - DF CEP 71.950-904	3351-2699 / 3351-5111 / 3351-9960	1	0
Taguatinga Sul	CSD 06, Lote 24 - TAGUATINGA SUL - DF CEP 72.020-065	3561-3968 / 3353-5172 / 3561-2656	2	0
TJ Ceilândia	QNM 11, AE nº 1, Fórum Ceilândia - CEILÂNDIA - DF-	3372-5040 / 3471-4438	0,5	0
TJ Samambaia	Área Urbana 01, Q. 302, Ed. Fórum de Samambaia, Térreo - SAMAMBAIA - DF	3357-7157 / 3358-8225-	0,5	0
TJ Taguatinga	AE 23, Setor "C" Norte, Fórum -TAGUATINGA - DF CEP 72.115-700	3352-6660 / 3736	0,5	0
TOTAL GERAL			60	1

ANEXO III - PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**ITEM 1 – REGIÃO II**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.		
Contratação de empresa para a prestação dos serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação		
A - Data de apresentação da proposta		
B - Município/UF	DF- Região II	
C - Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Convenção Coletiva - SINDSERVIÇOS/DF	
D - N° de meses de execução contratual	30 (meses)	
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço: Conservação e Limpeza	Unidade de Medida: Posto de Serviço	Quantidade: 46 Servente
Dados Complementares para a composição dos custos referente à mão de obra		
1 - Tipo de serviço	Limpeza e Conservação	
2 - Salário mínimo oficial vigente	0,00	
3 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente	
4 - Data base da categoria (dia/mês/ano) - SEAC X SINDSERVIÇOS-DF	01/01/2017	
MÓDULO 1. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1.1. Composição da Remuneração	%	
A. Salário Normativo (Homologado Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo)		0,00
B. Adicional de periculosidade		0,00
C. Adicional de insalubridade		0,00
D. Adicional noturno		0,00
E. Hora noturna adicional		0,00
F. Adicional de Hora Extra		0,00
G. Outros (especificar)		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 2. BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
2.1. Benefícios Mensais e Diários		
A. Transporte = R\$ 10,00 * 22 (-) 6% do salário base do empregado		0,00
B. Auxílio alimentação = CCT R\$ 29,50*22		0,00
C. Seguro de vida, invalidez e funeral = CCT		0,00
D. Plano de saúde - Lei nº 4.799, de 29/03/2012 - GDF		0,00
E. Auxílio odontológico = CCT		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 3. INSUMOS DIVERSOS		
3.1. Insumos Diversos		
A. Uniformes		0,00
B. Materiais e EPI		0,00
C. Equipamentos		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 4.0 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo "4.1" ENCARGOS previdenciários e FGTS		
Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A. INSS	0,00%	0,00
B. SESI ou SESC	0,00%	0,00
3. SENAI ou SENAC	0,00%	0,00
4. INCRA	0,00%	0,00
5. Salário Educação	0,00%	0,00
6. FGTS	0,00%	0,00
7. Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS (SAT 1% x FAP 1,5%)	0,00%	0,00
8. SEBRAE	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.2" 13º Salário		
13º Salário	%	Valor (R\$)
A. 13º Salário(1/12*100)	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.3" - Afastamento Maternidade		
Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A. Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.4" - Provisão para Rescisão		
Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A. Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
B. Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
C. Multa do FGTS e CS do Aviso prévio indenizado/trabalhado	0,00%	0,00
D. Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
E. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00

Submódulo "4.5" Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A. Férias + 1/3 CF	0,00%	0,00
B. Ausência por doença	0,00%	0,00
C. Licença paternidade	0,00%	0,00
D. Ausências legais	0,00%	0,00
E. Ausência por acidente de trabalho	0,00%	0,00
F. Outros (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal	0,00%	0,00
G. Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Quadro Resumo - modulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
A. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00%	0,00
B. 13º (décimo terceiro) salário	0,00%	0,00
C. Afastamento maternidade	0,00%	0,00
D. Custo rescisão	0,00%	0,00
E. Custo de reposição do profissional	0,00%	0,00
TOTAL	70,64%	0,00
MÓDULO 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	%	Valor (R\$)
A. Custos Indiretos (rateio de despesas adm. e operacionais)	0,00%	0,00
B. Lucro	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
C. Tributos	0,00%	
C1. Tributos Federais (COFINS - 3% - e PIS - 0,65%)	0,00%	0,00
C2. Tributos Estaduais	0,00%	0,00
C3. Tributos Municipais (ISSQN)	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	,00
ANEXO III - B - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
MAO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		Valor (R\$)
A. Módulo 1 - Composição da Remuneração		0,00
B. Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		0,00
C. Módulo 3 - Insumos Diversos		0,00
D. Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		0,00
Subtotal (A+B+C+D)		0,00
E. Módulo 5 - Custos indiretos e lucro		0,00
Subtotal (A+B+C+D + E)		0,00
VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO		3.432,30

*** Percentual de Encargos sobre a Remuneração: 70,64%, em consonância a Decisão 544/2010 – Tribunal de Contas do DF (APENAS REFERÊNCIA – NEM MÍNIMO, NEM MÁXIMO)**

**** Valores unitário mensal, total mensal e total para 30 meses aceitos pelo Banco:**

R\$ 3.432,30, R\$ 157.885,80 e R\$ 4.736.574,00.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.		
Contratação de empresa para a prestação dos serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação		
A - Data de apresentação da proposta		
B - Município/UF	DF- Região II	
C - Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Convenção Coletiva - SINTTEL	
D - N° de meses de execução contratual	30 (meses)	
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço: Conservação e Limpeza	Unidade de Medida: Posto de Serviço	Quantidade: 1 Telefonista
Dados Complementares para a composição dos custos referente à mão de obra		
1 - Tipo de serviço	Limpeza e Conservação	
2 - Salário mínimo oficial vigente	0,00	
3 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Telefonista	
4 - Data base da categoria (dia/mês/ano) - SEAC X SINDSERVIÇOS-DF	01/01/2016	
MÓDULO 1. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1.1. Composição da Remuneração	%	
A. Salário Normativo (Homologado Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo)		0,00
B. Adicional de periculosidade		0,00
C. Adicional de insalubridade		0,00
D. Adicional noturno		0,00
E. Hora noturna adicional		0,00
F. Adicional de Hora Extra		0,00
G. Outros (especificar)		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 2. BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
2.1. Benefícios Mensis e Diários		
A. Transporte = R\$ 10,00 * 22 (-) 6% do salário base do empregado		0,00
B. Auxílio alimentação = CCT R\$ 27,50*22		0,00
C. Seguro de vida, invalidez e funeral		0,00
D. Plano de saúde - Lei nº 4.799, de 29/03/2012 - GDF		0,00
E. Auxílio odontológico = CCT		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 3. INSUMOS DIVERSOS		
3.1. Insumos Diversos		
A. Uniformes		0,00
B. Materiais e EPI		0,00
C. Equipamentos		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 4.0 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo "4.1" ENCARGOS previdenciários e FGTS		
Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A. INSS	0,00%	0,00
B. SESI ou SESC	0,00%	0,00
3. SENAI ou SENAC	0,00%	0,00
4. INCRA	0,00%	0,00
5. Salário Educação	0,00%	0,00
6. FGTS	0,00%	0,00
7. Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS (SAT 1% x FAP 1,5%)	0,00%	0,00
8. SEBRAE	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.2" 13º Salário		
13º Salário	%	Valor (R\$)
A. 13º Salário(1/12*100)	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.3" - Afastamento Maternidade		
Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A. Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.4" - Provisão para Rescisão		
Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A. Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
B. Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
C. Multa do FGTS e CS do Aviso prévio indenizado/trabalhado	0,00%	0,00
D. Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
E. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00

Submódulo "4.5" Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A. Férias + 1/3 CF	0,00%	0,00
B. Ausência por doença	0,00%	0,00
C. Licença paternidade	0,00%	0,00
D. Ausências legais	0,00%	0,00
E. Ausência por acidente de trabalho	0,00%	0,00
F. Outros (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal	0,00%	0,00
G. Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Quadro Resumo - modulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
A. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00%	0,00
B. 13º (décimo terceiro) salário	0,00%	0,00
C. Afastamento maternidade	0,00%	0,00
D. Custo rescisão	0,00%	0,00
E. Custo de reposição do profissional	0,00%	0,00
TOTAL	70,64%	0,00
MÓDULO 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	%	Valor (R\$)
A. Custos Indiretos (rateio de despesas adm. e operacionais)	0,00%	0,00
B. Lucro	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
C. Tributos	0,00%	
C1. Tributos Federais (COFINS - 3% - e PIS - 0,65%)	0,00%	0,00
C2. Tributos Estaduais	0,00%	0,00
C3. Tributos Municipais (ISSQN)	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	,00
ANEXO III - B - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		Valor (R\$)
A. Módulo 1 - Composição da Remuneração		0,00
B. Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		0,00
C. Módulo 3 - Insumos Diversos		0,00
D. Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		0,00
Subtotal (A+B+C+D)		0,00
E. Módulo 5 - Custos indiretos e lucro		0,00
Subtotal (A+B+C+D + E)		0,00
VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO		3.323,81

*** Percentual de Encargos sobre a Remuneração: 70,64%, em consonância a Decisão 544/2010 – Tribunal de Contas do DF (APENAS REFERÊNCIA – NEM MÍNIMO, NEM MÁXIMO)**

**** Valores unitário mensal, total mensal e total para 30 meses aceitos pelo Banco: R\$ 3.323,81, R\$ 3.323,81 e R\$ 99.714,30.**

ITEM 2 – REGIÃO IV

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.		
Contratação de empresa para a prestação dos serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação		
A- Data de apresentação da proposta		
B - Município/UF		DF- Região IV
C - Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		Convenção Coletiva - SINDSERVIÇOS/DF
D - N° de meses de execução contratual		30 (meses)
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço: Conservação e Limpeza	Unidade de Medida: Posto de Serviço	Quantidade: 60
		Servente
Dados Complementares para a composição dos custos referente à mão de obra		
1 - Tipo de serviço		Limpeza e Conservação
2 - Salário mínimo oficial vigente		0,00
3 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Servente
4 - Data base da categoria (dia/mês/ano) - SEAC X SINDSERVIÇOS-DF		01/01/2017
MÓDULO 1. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1.1. Composição da Remuneração		%
A. Salário Normativo (Homologado Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo)		0,00
B. Adicional de periculosidade		0,00
C. Adicional de insalubridade		0,00
D. Adicional noturno		0,00
E. Hora noturna adicional		0,00
F. Adicional de Hora Extra		0,00
G. Outros (especificar)		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 2. BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS		
2.1. Benefícios Mensais e Diários		
A. Transporte = R\$ 10,00 * 22 (-) 6% do salário base do empregado		0,00
B. Auxílio alimentação = CCT R\$ 29,50*22		0,00
C. Seguro de vida, invalidez e funeral = CCT		0,00
D. Plano de saúde - Lei nº 4.799, de 29/03/2012 - GDF		0,00
E. Auxílio odontológico = CCT		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 3. INSUMOS DIVERSOS		
3.1. Insumos Diversos		
A. Uniformes		0,00
B. Materiais e EPI		0,00
C. Equipamentos		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 4.0 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo "4.1" ENCARGOS previdenciários e FGTS		
Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A. INSS	0,00%	0,00
B. SESI ou SESC	0,00%	0,00
3. SENAI ou SENAC	0,00%	0,00
4. INCRA	0,00%	0,00
5. Salário Educação	0,00%	0,00
6. FGTS	0,00%	0,00
7.Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS (SAT 1% x FAP 1,5%)	0,00%	0,00
8. SEBRAE	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.2" 13º Salário		
13º Salário	%	Valor (R\$)
A. 13º Salário(1/12*100)	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.3" - Afastamento Maternidade		
Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A. Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.4" - Provisão para Rescisão		
Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A. Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
B. Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
C. Multa do FGTS e CS do Aviso prévio indenizado/trabalhado	0,00%	0,00
D. Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
E. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00

Submódulo "4.5" Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A. Férias + 1/3 CF	0,00%	0,00
B. Ausência por doença	0,00%	0,00
C. Licença paternidade	0,00%	0,00
D. Ausências legais	0,00%	0,00
E. Ausência por acidente de trabalho	0,00%	0,00
F. Outros (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal	0,00%	0,00
G. Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Quadro Resumo - modulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
A. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00%	0,00
B. 13º (décimo terceiro) salário	0,00%	0,00
C. Afastamento maternidade	0,00%	0,00
D. Custo rescisão	0,00%	0,00
E. Custo de reposição do profissional	0,00%	0,00
TOTAL	70,64%	0,00
MÓDULO 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	%	Valor (R\$)
A. Custos Indiretos (rateio de despesas adm. e operacionais)	0,00%	0,00
B. Lucro	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
C. Tributos	0,00%	
C1. Tributos Federais (COFINS - 3% - e PIS - 0,65%)	0,00%	0,00
C2. Tributos Estaduais	0,00%	0,00
C3. Tributos Municipais (ISSQN)	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	,00
ANEXO III - B - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
MAO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		Valor (R\$)
A. Módulo 1 - Composição da Remuneração		0,00
B. Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		0,00
C. Módulo 3 - Insumos Diversos		0,00
D. Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		0,00
Subtotal (A+B+C+D)		0,00
E. Módulo 5 - Custos indiretos e lucro		0,00
Subtotal (A+B+C+D + E)		0,00
VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO		3.432,30

*** Percentual de Encargos sobre a Remuneração: 70,64%, em consonância a Decisão 544/2010 – Tribunal de Contas do DF (APENAS REFERÊNCIA – NEM MÍNIMO, NEM MÁXIMO)**

**** Valores unitário mensal, total mensal e total para 30 meses aceitos pelo Banco:**

R\$ 3.432,30, R\$ 205.938,00 e R\$ 6.178.140,00.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.		
Contratação de empresa para a prestação dos serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação		
A - Data de apresentação da proposta		
B - Município/UF	DF- Região IV	
C - Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Convenção Coletiva - SINTTEL	
D - N° de meses de execução contratual	30 (meses)	
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço: Conservação e Limpeza	Unidade de Medida: Posto de Serviço	Quantidade: 1 Telefonista
Dados Complementares para a composição dos custos referente à mão de obra		
1 - Tipo de serviço	Limpeza e Conservação	
2 - Salário mínimo oficial vigente	0,00	
3 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Telefonista	
4 - Data base da categoria (dia/mês/ano) - SEAC X SINDSERVIÇOS-DF	01/01/2016	
MÓDULO 1. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1.1. Composição da Remuneração	%	
A. Salário Normativo (Homologado Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo)		0,00
B. Adicional de periculosidade		0,00
C. Adicional de insalubridade		0,00
D. Adicional noturno		0,00
E. Hora noturna adicional		0,00
F. Adicional de Hora Extra		0,00
G. Outros (especificar)		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 2. BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
2.1. Benefícios Mensis e Diários		
A. Transporte = R\$ 10,00 * 22 (-) 6% do salário base do empregado		0,00
B. Auxílio alimentação = CCT R\$ 27,50*22		0,00
C. Seguro de vida, invalidez e funeral		0,00
D. Plano de saúde - Lei nº 4.799, de 29/03/2012 - GDF		0,00
E. Auxílio odontológico = CCT		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 3. INSUMOS DIVERSOS		
3.1. Insumos Diversos		
A. Uniformes		0,00
B. Materiais e EPI		0,00
C. Equipamentos		0,00
TOTAL		0,00
MÓDULO 4.0 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo "4.1" ENCARGOS previdenciários e FGTS		
Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A. INSS	0,00%	0,00
B. SESI ou SESC	0,00%	0,00
3. SENAI ou SENAC	0,00%	0,00
4. INCRA	0,00%	0,00
5. Salário Educação	0,00%	0,00
6. FGTS	0,00%	0,00
7. Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS (SAT 1% x FAP 1,5%)	0,00%	0,00
8. SEBRAE	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.2" 13º Salário		
13º Salário	%	Valor (R\$)
A. 13º Salário(1/12*100)	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.3" - Afastamento Maternidade		
Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A. Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
B. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Afastamento Maternidade	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
Submódulo "4.4" - Provisão para Rescisão		
Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A. Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
B. Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	0,00%	0,00
C. Multa do FGTS e CS do Aviso prévio indenizado/trabalhado	0,00%	0,00
D. Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
E. Incidência do Submódulo 4.1. sobre Aviso prévio trabalhado	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00

Submódulo "4.5" Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A. Férias + 1/3 CF	0,00%	0,00
B. Ausência por doença	0,00%	1,20
C. Licença paternidade	0,00%	0,60
D. Ausências legais	0,00%	0,60
E. Ausência por acidente de trabalho	0,00%	0,60
F. Outros (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal	0,00%	3,00
G. Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	3,00
Quadro Resumo - modulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
A. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00%	0,00
B. 13º (décimo terceiro) salário	0,00%	0,00
C. Afastamento maternidade	0,00%	0,00
D. Custo rescisão	0,00%	0,00
E. Custo de reposição do profissional	0,00%	0,00
TOTAL	70,64%	0,00
MÓDULO 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	%	Valor (R\$)
A. Custos Indiretos(rateio de despesas adm. e operacionais)	0,00%	0,00
B. Lucro	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	0,00
C. Tributos	0,00%	
C1. Tributos Federais (COFINS - 3% - e PIS - 0,65%)	0,00%	0,00
C2. Tributos Estaduais	0,00%	0,00
C3. Tributos Municipais (ISSQN)	0,00%	0,00
TOTAL	0,00%	,00
ANEXO III - B - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		Valor (R\$)
A. Módulo 1 - Composição da Remuneração		0,00
B. Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários		0,00
C. Módulo 3 - Insumos Diversos		0,00
D. Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		0,00
Subtotal (A+B+C+D)		0,00
E. Módulo 5 - Custos indiretos e lucro		0,00
Subtotal (A+B+C+D + E)		0,00
VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO		3.323,81

*** Percentual de Encargos sobre a Remuneração: 70,64%, em consonância a Decisão 544/2010 – Tribunal de Contas do DF (APENAS REFERÊNCIA – NEM MÍNIMO, NEM MÁXIMO)**

**** Valores unitário mensal, total mensal e total para 30 meses aceitos pelo Banco: R\$ 3.323,81, R\$ 3.323,81 e R\$ 99.714,30.**

ANEXO IV

QUADRO COM VALORES MÁXIMOS ACEITOS PELO BANCO

ITEM 01				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Telefonista	1	R\$ 3.323,81	R\$ 3.323,81	R\$ 99.714,30
Servente	46	R\$ 3.432,30	R\$ 157.885,80	R\$ 4.736.574,00
Valor total			R\$ 161.209,61	R\$ 4.836.288,30

ITEM 02				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Servente	60	R\$ 3.432,30	R\$ 205.938,00	R\$ 6.178.140,00
Telefonista	1	R\$ 3.323,81	R\$ 3.323,81	R\$ 99.714,30
Valor total			R\$ 209.261,81	R\$ 6.277.854,30

ANEXO V

PLANILHA DE PREÇOS

OBJETO: Apoio administrativo, conservação e limpeza.

ITEM 1 – REGIÃO II

ITEM 01				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Telefonista	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servente	46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total			R\$ 0,00	R\$ 0,00

ITEM 2 – REGIÃO IV

ITEM 01				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Telefonista	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servente	60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total			R\$ 0,00	R\$ 0,00

LOCAL E DATA

Assinatura do representante da empresa licitante
(nome e número da identidade)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Modelo)

A empresa _____, CNPJ
nº _____, com sede em

_____(endereço completo),
por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins do **PREGÃO
ELETRÔNICO 042/2017**, DECLARA, sob penas da lei, que não possui, em seu quadro de
pessoal, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, com vínculo familiar com
funcionário com função de confiança do Banco de Brasília S.A., nos termos do art. 8º do
Decreto nº 32.751/2011.

Local e data

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO (ADAPTAR AO ITEM)

CONTRATO BRB - 2017/..., CELEBRADO ENTRE O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. E A EMPRESA....., OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS PONTOS DE ATENDIMENTO DA REGIÃO II / DA REGIÃO IV.

Processo nº 041.000.477/2017.

De um lado, o **BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**, Instituição Financeira, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Distrito Federal, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.208/0001-00, neste ato representado, nos termos do, pelo....., Sr.....(dados pessoais), portador da cédula de identidade nº..... e do CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominado apenas **BRB**; e, de outro lado, a empresa....., com sede em....., à....., inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo....., Sr.(dados pessoais), portador da cédula de identidade nº..... e do CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominada apenas **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

- DO OBJETO -

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de apoio administrativo, conservação e limpeza, com o fornecimento dos materiais de limpeza e equipamentos necessários para a execução dos serviços – para um período de 30 (trinta) meses, para as agências do banco localizadas nas Regiões II e IV, conforme condições e especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº042/2017 e seus Anexos, obedecendo integralmente as disposições da proposta da CONTRATADA, de/..../..., que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, como se aqui transcritas estivessem.

Parágrafo Único: Até o encerramento das obrigações constantes do Contrato, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. Nas supressões, esse limite poderá ser excedido, desde que resulte de acordo celebrado entre o BRB e a CONTRATADA.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA -

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações da CONTRATADA, além daquelas constantes no Edital e seus anexos:

- I. cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- II. atender rigorosamente as especificações e prazos definidos neste Contrato, no Edital e seus Anexos;
- III. manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em razão da natureza dos serviços contratados;
- IV. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- V. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do BRB;
- VI. fornecer toda a mão de obra, materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços objeto deste Contrato, sem que, por isso, lhe seja devido qualquer ressarcimento por parte do BRB;
- VII. adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quanto para os serviços propriamente ditos;
- VIII. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços,

encaminhando profissionais portadores de atestados de boa conduta e demais referências;

IX. manter disciplina nos locais de serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do BRB, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente para o trabalho;

X. prover seu pessoal dos equipamentos de proteção Individual, exigidos por lei;

XI. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

a) em se tratando de equipamento de propriedade do BRB, ressarcir ao BRB as despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização dos mesmos, quando necessário;

XII. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, as dependências objeto dos serviços;

XIII. Nomear preposto para o acompanhamento dos serviços, sem ônus para o Banco, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços do BRB e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

a) o preposto, obrigatoriamente, deverá apresentar-se na(s) Dependência(s) do Banco onde serão prestados os serviços, no primeiro dei de vigências do contrato, para os ajustes dos procedimentos relativos à execução do contrato;

XIV. manter sediado junto ao brb, durante os turnos de trabalho, profissionais capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

XV. recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sem qualquer solidariedade do BRB, os empregados necessários à execução dos serviços objeto do Contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, etc;

a) no recrutamento, deverão ser observados os requisitos dos perfis estabelecidos como mínimo necessário, para cada função do **Anexo I** do Edital;

XVI. assumir expressamente todos os riscos decorrentes da relação de emprego mencionada no item XV, não cabendo ao BRB, em nenhuma hipótese, ônus de eventuais condenações judiciais, imposições de multas pelo Poder Público ou pagamento de quaisquer indenizações por acidentes do trabalho;

XVII. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo BRB;

XVIII. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados/e ou fiscal;

XIX. instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do BRB;

XX. registrar e controlar diariamente, junto com o representante do BRB, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

XXI. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais e equipamentos - inclusive sacos plásticos resistentes para acondicionamento dos materiais recicláveis e não recicláveis, obedecendo rigorosamente às determinações da legislação vigente -, em quantidade e qualidade exigidas pelo Banco;

a) caso o BRB considere que os materiais e equipamentos não sejam adequados ou de boa qualidade, a CONTRATADA se obriga a substituí-los por outros, que sejam aprovados pelo BRB;

XXII. observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

XXIII. executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do BRB, devendo ser ajustado de acordo com a necessidade de cada ponto de atendimento;

XXIV. informar ao BRB, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e o respectivo número da carteira de identidade dos empregados alocados na prestação dos serviços;

XXV. informar ao BRB, também para controle de acesso às suas dependências, todas as ocorrências de afastamentos definitivos (prazo de 24 – vinte e quatro - horas) e novas contratações de empregados (até o dia de início do trabalho);

XXVI. obedecer às normas e rotinas do BRB, em especial às normas de segurança e confiabilidade dos sistemas de guarda, de manutenção e da integridade dos dados;

XXVII. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do BRB;

XXVIII. executar os serviços com empregados seus, trajando uniformes adequados, limpos e completos, fornecidos pela CONTRATADA, e portando crachá de identificação em que constará, explicitamente, no mínimo, a razão social da CONTRATADA, o nome e o registro do empregado e o respectivo horário de trabalho;

XXIX. fornecer tempestivamente todos os materiais de limpeza, equipamentos e produtos necessários para a execução dos serviços de conservação e limpeza, sem que, para isso, seja devido qualquer ressarcimento adicional por parte do BRB. Todos os materiais devem ser de primeira qualidade, sob pena de devolução;

XXX. fornecer os uniformes e crachás, inclusive os crachás provisórios, a todos os seus profissionais, sem ônus adicionais para o BRB, sendo, no mínimo, 02 (dois) conjuntos completos de uniformes, incluindo um par de sapatos, para todos os seus empregados. Para o primeiro conjunto, a entrega deverá ser feita no prazo improrrogável de até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato; para o segundo, em até 06 (seis) meses exatos após a entrega do primeiro;

XXXI. os uniformes a serem fornecidos aos empregados poderão ser de acordo com os modelos já utilizados pela empresa, com a condição de que o uniforme da telefonista seja social.

XXXII. os comprovantes de entrega dos uniformes deverão ser repassados ao BRB, na GESEG – Gerência de Serviços Gerais, no mês seguinte à entrega dos uniformes aos prestadores de serviços, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da pendência, cuja decisão é exclusiva do BRB;

XXXIII. manter um contingente de reserva técnica para suprir eventuais ausências de seus empregados em decorrência de férias, licença saúde, faltas ao serviço etc;

a) a reposição de empregados em férias dar-se-á com antecedência mínima de 2 (dois) dias, para efetiva transferência dos serviços;

b) substituir o empregado, em caso de falta ao serviço em, no máximo, 1h30min, contados da solicitação do BRB;

c) toda e qualquer falta nos postos de trabalho deverá ser suprida por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos pelo BRB, sem prejuízo para a unidade;

XXXIV. em no máximo 20(vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, prazo improrrogável, entregar ao BRB cópias dos comprovantes do plano de saúde e seguro de vida feitos em favor dos prestadores de serviço lotados nas unidades do Banco, conforme ANEXO II. O valor a ser pago pelo BRB à contratada inerente ao plano de saúde terá início imediatamente no dia de ativação do plano para o uso dos colaboradores, o que deverá ser comprovado mediante entrega de documentação emitida pela prestadora dos serviços;

a) sob hipótese alguma será aceito plano de saúde de forma parcelada. Ou seja, o plano deverá ser contratado de uma única vez, abrangendo todos os prestadores de serviços

lotados nas unidades do BRB, sem discriminação de idade, conforme Anexo II.

XXXV. fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes, independentemente da fiscalização exercida pelo BRB;

XXXVI. pagar, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido, os salários e os auxílios dos vales transporte/alimentação dos profissionais contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos;

XXXVII. disponibilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas.

XXXVIII. autorizar de imediato o contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos tempestivamente pela contratada.

XXXIX. manter em dia todos os direitos pecuniários de seus empregados, tais como: horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que os trabalhos do BRB não sejam prejudicados em função de reivindicações desses direitos;

XL. entregar, até o dia do pagamento da categoria, todos os contracheques a todos os prestadores de serviço, prazo improrrogável;

XLI. responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento do BRB em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos serviços, ficando o BRB autorizado a glosar nas faturas as importâncias quando estiver constituído o débito em desfavor do BRB, em razão de decisão judicial, e desde que comprovado, por meio de devido processo legal, que o dano ocorreu por inadimplência da CONTRATADA. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere ao BRB a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

XLII. promover a substituição do(s) profissional(ais) que, a juízo do BRB, não preencher(em) as condições de idoneidade e de capacidade técnico-profissional exigível para o bom desempenho de suas atividades, bem como daqueles que, durante a execução dos serviços, não estejam correspondendo ao desempenho esperado, devendo esta substituição ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação do fato, sem ônus adicionais para o BRB;

XLIII. manter entendimento com o BRB, evitando interrupções ou paralisações na execução dos serviços;

XLIV. pagar as diferenças a maior, quando o BRB tiver de contratar outra(s) empresa(s) para executar os serviços objeto deste Contrato, em virtude de interrupção ou paralisação na execução dos serviços contratados;

XLV. dar ciência, imediatamente e por escrito ao BRB, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;

XLVI. não permitir, em hipótese alguma, a presença de profissional alocado no posto de trabalho não uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e sem o crachá de identificação;

XLVII. manter nos locais de trabalho de seus profissionais os documentos exigidos pela fiscalização do trabalho, tais como: folha de registro do empregado, folha de frequência e cópia de contrato de trabalho;

XLVIII. fiscalizar, diariamente, os empregados e a execução dos serviços, acompanhando a frequência, assiduidade, pontualidade, utilização do uniforme/crachá e vistar as folhas de ponto, etc.;

XLIX. garantir a presença dos empregados prestadores dos serviços, no caso de greve de transporte coletivo;

L. fornecer e fiscalizar os equipamentos de uso obrigatório para a execução dos

serviços de limpeza e conservação;

LI. responsabilizar-se por qualquer dano causado ao BRB, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato, não cabendo ao BRB, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes, ficando o BRB autorizado, desde já, a reter os créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a CONTRATADA das sanções previstas neste Contrato e em lei, até a completa indenização dos danos;

LII. responder por todos e quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais ou prepostos às dependências, instalações e equipamentos do BRB ou de terceiros, por culpa ou dolo devidamente comprovados, providenciando a correspondente indenização, ficando o Banco autorizado a fazer a glosa do respectivo valor na primeira fatura vincenda após a ocorrência do fato;

LIII. realizar horas extras de acordo com a necessidade do BRB, desde que o pedido seja formalizado com antecedência;

LIV. apresentar, mensal e obrigatoriamente, ao BRB os comprovantes de pagamento dos salários, dos vales alimentação/transporte, assim como do recolhimento de todos os encargos e demais obrigações sociais inerentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços, sob pena de suspensão do pagamento atinente às faturas vincendas;

a) a apresentação dos comprovantes exigidos no item acima é condição indispensável para a liberação do pagamento da fatura;

LV. sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do BRB para acompanhamento da execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

LVI. manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle de arrecadação de tributos e contribuições federais (SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND, dentre outros) no SICAF e junto ao BRB;

LVII. realizar, sem ônus para o BRB, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do Contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde exigidos, apresentando os respectivos comprovantes ao BRB, sempre que solicitados;

LVIII. assumir total responsabilidade pela manutenção e guarda dos equipamentos e utensílios existentes nas copas que serão colocados à disposição da contratada, em perfeito estado de conservação e condições normais de uso. No caso de mau uso, os equipamentos e utensílios deverão ser substituídos pela empresa, sem ônus para o BRB;

LIX. assinar e devolver as carteiras de trabalho de todos os prestadores de serviço no prazo máximo de 10(dez) dias úteis após o início da vigência do contrato, repassando, sempre que solicitado, cópias dos comprovantes para o controle do Banco;

LX. não transferir a outrem o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros das obrigações decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: Antes de serem designados para realizar os serviços no BRB, os empregados da CONTRATADA deverão apresentar-se à administração da dependência a qual foi designado, munidos do seguinte documento:

I. Carta de apresentação assinada por representantes credenciados da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA: Antes de serem designados para realizar os serviços no BRB, os empregados da CONTRATADA deverão apresentar-se à administração da dependência a qual foi designado, munidos do seguinte documento:

II. Carta de apresentação assinada por representantes credenciados da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA: O pessoal empregado na execução dos serviços é o constante do **Anexo IV** do Edital e ficará subordinado à CONTRATADA, que se obriga a fiscalizar regularmente o cumprimento dos horários e a boa execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro: Obriga-se a CONTRATADA, ainda, a sanar prontamente as falhas ou irregularidades na execução do serviço que porventura vierem a ser apuradas, sem nenhum ônus para o BRB.

Parágrafo Segundo: Em qualquer circunstância, o BRB dirigirá à CONTRATADA **correspondência**, que será entregue mediante protocolo. O não atendimento aos termos da correspondência no prazo de 05 (cinco) dias, será facultado ao Banco a rescisão contratual, sem prejuízo das demais cláusulas de rescisão estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: As comunicações do BRB, para execução dos serviços, serão feitas por escrito à CONTRATADA, salvo em caso de urgência, quando o BRB poderá dar ordens diretamente aos encarregados da CONTRATADA em serviço, fazendo "a posteriori", quando for o caso, a comunicação, por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA: É de responsabilidade da CONTRATADA efetuar os pagamentos dos impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro: No primeiro mês da prestação dos serviços, e sempre que houver admissão de novos empregados, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços devidamente assinada pela contratada;
3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

Parágrafo Segundo: A contratada entregará até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Terceiro: Quando solicitado pelo BRB, a contratada entregará quaisquer dos seguintes documentos:

1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

Parágrafo Quarto: Em até 20 (vinte) dias após a extinção ou rescisão do contrato, a contratada deverá entregar os seguintes documentos:

1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- DAS OBRIGAÇÕES DO BRB -

CLÁUSULA OITAVA: São obrigações do BRB:

- I. exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados;
- II. disponibilizar instalações sanitárias;
- III. destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços;
- IV. permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- VI. colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para guarda de uniformes e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- VII. colocar à disposição da CONTRATADA os equipamentos e utensílios existentes nas copas em perfeito estado de conservação e condições normais de uso, data em que a CONTRATADA assumirá total responsabilidade pela manutenção e guarda dos mesmos;
- VIII. comunicar oficial e expressamente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

- DA GARANTIA -

CLÁUSULA NONA: A CONTRATADA obriga-se a apresentar comprovante de garantia, de valor igual a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, correspondente a R\$.(....).

Parágrafo Primeiro: A garantia se fará mediante escolha por uma das seguintes modalidades:

- I. caução: em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II. seguro-garantia; ou
- III. fiança bancária;

Parágrafo Segundo: Na hipótese de insuficiência de prazo para emissão da apólice de seguro ou da carta de fiança, no prazo estabelecido nesta Cláusula, a garantia deverá ser prestada mediante caução em dinheiro, que será restituída após a entrega da garantia definitiva.

Parágrafo Terceiro: A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

- a) a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do BRB, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia.
- b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 2. prejuízos causados ao BRB ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo BRB à CONTRATADA; e
 4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

- c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea “b”;
- d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco de Brasília – BRB em conta específica com correção monetária, em favor do BRB;
- e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento)
- f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular deste contrato.
- g) o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo BRB com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;
- h) a garantia será considerada extinta:
1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do BRB, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
 2. após o término da vigência do contrato, observado o prazo descrito no caput deste Parágrafo, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;
- i) o BRB não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
1. caso fortuito ou força maior;
 2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
 4. prática de atos ilícitos dolosos por empregados do BRB.
- j) não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea “i”; e
- k) Nos casos de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo BRB.

Parágrafo Quarto: Caso a modalidade escolhida seja a fiança bancária, o documento que formaliza a garantia deve conter a expressa indicação de que o fiador renuncia expressamente ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

- DO PREÇO E DO PAGAMENTO À CONTRATADA -

CLÁUSULA DÉCIMA: Pelos serviços contratados, incluindo todas as despesas e encargos, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, mão de obra, etc., incidentes sobre os serviços, o BRB pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor de R\$. (.....), considerado o quantitativo de profissionais, conforme quadro a seguir:

ITEM 01				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Telefonista	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servente	46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total			R\$ 0,00	R\$ 0,00

ITEM 01				
Função	Quant.	Valor unitário	Valor mensal	Valor 30 meses
Telefonista	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servente	60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor total			R\$ 0,00	R\$ 0,00

Parágrafo Primeiro: O faturamento mensal dos serviços será realizado com base no quantitativo de profissionais que efetivamente trabalharam durante o mês.

Parágrafo Segundo: As jornadas de trabalho de que trata o **Anexo I** do Edital poderão ser redistribuídas de segunda a sexta-feira a fim de compensar as horas não trabalhadas aos sábados, hipótese que não ensejará direito a horas extras.

Parágrafo Terceiro: Serão caracterizadas como horas extras, portanto com direito a remuneração, aquelas excedentes à jornada CONTRATADA e previamente solicitadas, por escrito, pelo BRB. As horas extras serão pagas pelos valores fixados pela legislação trabalhista ou pela convenção coletiva de cada categoria, excluídos os custos e as despesas não incidentes.

Parágrafo Quarto: O adicional noturno será pago pelos valores fixados pela legislação trabalhista ou pela convenção coletiva de cada categoria, excluídos os custos e as despesas não incidentes. Esta hipótese poderá ocorrer, eventualmente, com as categorias profissionais que prestarão serviços nas dependências do BRB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em uma das agências do BRB, no 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro: Para que o pagamento ocorra no dia estabelecido no “**caput**” desta **Cláusula**, a CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal até o dia 27 do mês da prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo: Caso o documento fiscal seja apresentado após o prazo estabelecido no **Parágrafo Primeiro desta Cláusula**, o BRB efetuará o pagamento no prazo que for necessário, conforme normas internas do BRB.

Parágrafo Terceiro: Os prazos previstos **nesta Cláusula** somente serão observados quando não houver motivo para aplicação de multas ou de outras penalidades, casos em que o pagamento será efetuado após transcorrido o prazo para interposição de recursos ou após seu julgamento pelo BRB.

Parágrafo Quarto: As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, décimo terceiro salário e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS por dispensa sem justa causa, serão glosadas do valor mensal do Contrato e depositadas exclusivamente em uma conta vinculada aberta pela CONTRATADA no BRB.

Parágrafo Quinto: O valor atinente às provisões acima referidas deve ser encaminhado à área gestora do Contrato, em planilha separada, junto com a fatura relativa aos serviços prestados, para que, após conferência e ateste, seja efetuado o depósito correspondente em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação – aberta pela CONTRATADA e em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem formal e exclusiva do BRB.

Parágrafo Sexto: O depósito do valor relativo às provisões descritas no **Parágrafo Quarto** será efetuado com o mesmo percentual de acréscimo do lucro proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo: O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação, acrescidas do mesmo percentual de acréscimo do lucro proposto pela CONTRATADA:

- a) décimo terceiro salário;
- b) férias e abono de férias;
- c) impacto sobre férias e décimo terceiro salário;
- d) multa do FGTS.

Parágrafo Oitavo: Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas depositados na conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

Parágrafo Nono: Para a liberação de valores depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, a CONTRATADA deverá apresentar ao BRB documentos

comprobatórios da quitação das indenizações trabalhistas, conforme previsão legal.

Parágrafo Décimo: O saldo remanescente da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, mediante declaração do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, confirmando a quitação de todas as indenizações trabalhistas, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.

Parágrafo Décimo Primeiro: A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos empregados.

Parágrafo Décimo Segundo: Por força do artigo 19-A do Decreto Distrital nº 25.508/2005, a CONTRATADA deverá se inscrever no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF), por meio do site www.fazenda.df.gov.br.

Parágrafo Décimo Terceiro: O documento fiscal deverá ser emitido em 02 (duas) vias no mínimo, conter o número de inscrição no CF/DF e o endereço no DF, nos termos dos artigos 19-C e 19-E do Decreto Distrital nº 25.508/2005, e estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Negativa de Tributos expedida pela Fazenda do DF;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Parágrafo Décimo Quarto: O documento fiscal não aprovado pelo BRB será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar os prazos previstos **nesta Cláusula**, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação pelo BRB.

Parágrafo Décimo Quinto: Ocorrendo alteração na legislação quanto ao prazo de pagamento dos profissionais da CONTRATADA, o prazo para pagamento das faturas constante do “**caput**” **desta Cláusula** será alterado, de forma que possibilite à CONTRATADA manter suas obrigações com seus empregados.

Parágrafo Décimo Sexto: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de atraso no recolhimento dos encargos sociais do empregado colocado à disposição do BRB, ou em virtude de inadimplência contratual como a falta de pagamento dos salários a seus empregados.

Parágrafo Décimo Sétimo: Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de correção monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indicador que o venha substituir.

- DA VIGÊNCIA -

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser estendida por igual período, a critério exclusivo do BRB.

- DA REPACTUAÇÃO -

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A repactuação deste Contrato é permitida, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar:

1. Da data da proposta, em relação aos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, cuja atualização será efetuada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE;

2. Do efeito financeiro do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, de --/--/20-- , registrado(a) no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE sob o nº -----, celebrada com/entre o Sindicato ----- e o Sindicato -----, vigente à época da apresentação da proposta, em relação aos itens envolvendo a folha de salários e ou de custos/encargos decorrente destes instrumentos.

Parágrafo Primeiro: As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, exceto se a CONTRATADA suscitar seu direito por ocasião da assinatura de termo aditivo e/ou prorrogação contratual.

Parágrafo Segundo: As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos do contrato, considerando-se:

1. Na hipótese de repactuação decorrente da alteração de custo dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, estes deverão ser demonstrados por meio de Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, que deverá ser conferida e aceita pelo BRB;
2. Em se tratando de variação de custos relativos à mão de obra vinculada à data-base deverá ser apresentada planilha analítica de custos, com detalhamento dos reajustes decorrentes do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.
3. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano de contrato não estão sujeitos a repactuação.

Parágrafo Terceiro: Observado o disposto no item 1 do *Caput* desta Cláusula, em situações pontuais, quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos do BRB;
2. As particularidades do contrato em vigência;
3. A nova planilha com variação dos custos apresentada;
4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
5. A disponibilidade orçamentária do BRB.

Parágrafo Quarto: Os efeitos financeiros são devidos a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo a parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos. Na falta dos documentos comprobatórios, o BRB não considerará a repactuação para fins de pagamento da fatura.

Parágrafo Quinto: Quanto aos itens envolvendo a folha de salários ou de custos decorrentes destes instrumentos, fica garantido o direito a repactuação destes itens na hipótese de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que tenha sido registrado no MTE posteriormente ao encerramento do contrato, mas que produza efeitos financeiros durante a vigência desse.

Parágrafo Sexto: Na hipótese de aumento do salário mínimo, somente haverá a atualização financeira se a diferença entre o salário mínimo e o salário registrado no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho for superior a 5% (cinco por cento). Caso a diferença seja menor, a CONTRATADA deverá arcar com os custos de majoração salarial até o registro de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que regulariza a situação.

Parágrafo Sétimo: É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, decisão judicial, ou de acordo ou convenção coletiva.

Parágrafo Oitavo: Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo Nono: A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

Parágrafo Décimo: As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro: Na aplicação do índice "pró-rata", será utilizada a fórmula exponencial e considerar-se-á o mês comercial (30 dias).

Parágrafo Décimo Segundo: O BRB poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

Parágrafo Décimo Terceiro: As repactuações, como espécie de reajuste, poderão ser formalizadas por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.

- DA RESCISÃO DO CONTRATO -

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Constituem motivos para rescisão administrativa ou unilateral do Contrato, por parte do BRB, os seguintes:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando o BRB a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início do serviço;
- V. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao BRB;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma prevista neste Contrato;
- IX. A decretação de falência;
- X. A dissolução da sociedade;
- XI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, a sua associação com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação que dificultem ou inviabilizem a execução dos serviços.
- XII. Razões de interesse administrativo do BRB;
- XIII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- XIV. Descumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único: A rescisão do Contrato, efetivada pelo BRB, com base nos **incisos I a XIII desta Cláusula**, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato e na lei:

- I. assunção, imediata, pelo BRB, dos serviços objeto deste Contrato, no estado em que se encontrem, por ato próprio seu;
- II. ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V, do artigo 58, da Lei 8.666/93;

III. retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao BRB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A rescisão do Contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o BRB.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A rescisão do Contrato poderá dar-se, ainda, judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Quando a rescisão ocorrer com base **nos incisos XII e XIII da Cláusula Décima Quarta**, sem que haja culpa da CONTRATADA, o BRB ressarcirá os prejuízos que a CONTRATADA houver sofrido, tendo esta, ainda, direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- DAS PENALIDADES -

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Pela inexecução total ou parcial da obrigações decorrentes deste Contrato o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, em caso de inexecução total das obrigações, exceto nos casos do **item 16.1 do Edital**;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, em caso de inexecução parcial das obrigações;

III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multa:

I. descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;

II. execução insatisfatória ou inexecução das obrigações assumidas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O atraso injustificado na execução das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor total faturado no mês, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato atualizado.

Parágrafo Primeiro: Caberá multa de 10% (dez por cento) sobre o último faturamento mensal dos serviços por falha ou irregularidade detectada na prestação dos serviços na dependência, notadamente no caso de a CONTRATADA não executar os serviços na forma estabelecida no Contrato.

Parágrafo Segundo: Caberá multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal faturado, no caso de a CONTRATADA deixar de fornecer o uniforme para os profissionais alocados nos postos de trabalho, nas datas previstas, aplicada por funcionário e por ocorrência.

Parágrafo Terceiro: Caberá multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor

mensal faturado, aplicada por funcionário, no caso de a CONTRATADA deixar de fornecer os contracheques aos profissionais, impreterivelmente, até o dia previsto para o pagamento.

Parágrafo Quarto: Caberá multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal faturado, no caso de a CONTRATADA deixar de substituir funcionários faltosos, inclusive em caso de paralisação de transporte coletivo, aplicada por funcionário e por evento.

Parágrafo Quinto: Caberá multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal faturado, no caso de a CONTRATADA não indicar preposto para tratar, juntamente com o representante do BRB, dos problemas inerentes ao Contrato, nos dias úteis, no horário de 8h às 18h.

Parágrafo Sexto: Caberá multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor mensal faturado, no caso de a CONTRATADA não entregar os uniformes dentro do prazo previsto, aplicada por funcionário e por evento, a cada mês, de forma consecutiva, até a solução definitiva do problema.

Parágrafo Sétimo: Decorridos 02 (dois) dias de atraso na execução dos serviços, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar as multas previstas em Contrato, poderá o BRB optar pela rescisão do Contrato.

Parágrafo Oitavo: Havendo rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total atualizado do Contrato, exceto nos casos do **item 16.1. do Edital**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As multas acima referidas não impedem que o BRB rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo BRB.

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pelo BRB ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação da confirmação da multa.

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento no prazo definido **nesta Cláusula**, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o BRB poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

A) por 6 (seis) meses:

- I. quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos ao BRB;
- II. quando ocorrer execução insatisfatória dos serviços, se antes tiver havido aplicação da penalidade de advertência.

B) por 01 (um) ano:

- I. quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato.

C) por 02 (dois) anos, quando a CONTRATADA:

- I. cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao BRB;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo do BRB, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao BRB ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista **nesta Cláusula** é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da abertura de vista.

– DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES –

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pelo BRB de forma escrita, verbal ou de outro modo, devendo sempre tratá-la como informação sigilosa, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo BRB, obrigando-se também a:

I - não revelar, reproduzir, utilizar, copiar ou dar conhecimento, em hipótese alguma a terceiros, bem como não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ ou prepostos faça uso das informações fornecidas pelo BRB de forma diversa da execução do objeto do Contrato, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações;

II - cientificar seus diretores, empregados e/ ou prepostos da existência das obrigações referentes a Sigilo e Confidencialidade das Informações, devendo tomar todas as medidas de cautela cabíveis a fim de mantê-las em sigilo absoluto;

III - não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos à informações que venham a ser reveladas.

Parágrafo Primeiro: As obrigações relacionadas ao sigilo das informações constituem acordo entre as PARTES e tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das informações até 5 (cinco) anos após o término do objeto do Contrato.

Parágrafo Segundo: A quebra de sigilo profissional, devidamente comprovada, sem autorização expressa do BRB, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as PARTES, sem ônus para o BRB. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo BRB, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE poderá manter registros sobre todas as atividades relacionadas à execução do presente contrato que sejam efetuadas através de acessos físicos ou lógicos às informações sigilosas e confidenciais, equipamentos, softwares, instalações, programas-fonte e quaisquer outros ativos de informação da CONTRATANTE, com o objetivo de:

- a) apurar a observação das cláusulas referentes ao sigilo e a confidencialidade deste contrato;
- b) determinar ocorrência de algum comprometimento dos ativos de informação da CONTRATANTE, por exemplo, perda ou modificação de dados não autorizados;
- c) identificar a divulgação e reprodução não autorizada de informações sigilosas;
- d) auditar, por si ou por terceiro contratado, as responsabilidades contratuais e extracontratuais.

- DISPOSIÇÕES FINAIS -

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: As omissões deste Contrato e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº042/2017 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: A presente contratação decorre de adjudicação à CONTRATADA da prestação dos serviços, através do Pregão Eletrônico nº042/2017, conforme decisão do Pregoeiro, lavrada em Ata, de/.., e homologação pelo, em/..

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Para os efeitos fiscais e de direito, as partes dão ao presente instrumento o valor de R\$..... (.....).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 - dispendio das estatais, e Fonte 1 - geração própria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília-DF,

Pelo **BRB**: _____

Pela **CONTRATADA**: _____

ANEXO VIII
TERMO VOLUNTÁRIO DE COMPROMISSO
PESSOA JURÍDICA

Nome da empresa: _____,
sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República
Federativa do Brasil, com sede na cidade de _____,
estado de _____, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº _____, neste
ato devidamente representada por seu _____,
nome _____ nacionalidade _____,
profissão _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº
_____, portador(a) do CPF nº
_____, residente e domiciliado(a) na cidade de
_____, estado de _____, declara:

- I. Estar plenamente ciente do teor e da extensão do documento Relacionamento de Valor do BRB Banco de Brasília S.A. localizado no sítio www.brb.com.br e deter plenos poderes e informações para firmá-lo;
- II. Estar ciente de que a assinatura deste Termo de Compromisso não obriga o BRB a estabelecer qualquer relação comercial com a empresa signatária;
- III. A vigência deste Termo se restringe ao prazo de validade do instrumento jurídico que estabelece a relação comercial.

_____, ____ de _____ de 20____

(Nome e Cargo)

(Assinatura)